

---

# RELATÓRIO DE **G E S T Ã O**

---

**2019**



---

RELATÓRIO DE  
**G E S T Ã O**

---

**2019**

# SENADO FEDERAL

## Comissão Diretora

---

**Senador Davi Alcolumbre**  
PRESIDENTE

**Senador Antonio Anastasia**  
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

**Senador Lasier Costa Martins**  
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

**Senador Sérgio Petecão**  
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

**Senador Eduardo Gomes**  
SEGUNDO-SECRETÁRIO

**Senador Flávio Bolsonaro**  
TERCEIRO-SECRETÁRIO

**Senador Luis Carlos Heinze**  
QUARTO-SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

**Senador Marcos do Val**

**Senador Weverton**

**Senador Jaques Wagner**

**Senadora Leila Barros**

**Luiz Fernando Bandeira de Mello**  
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

**Ilana Trombka**  
DIRETORA-GERAL



SENADO FEDERAL

---

# RELATÓRIO DE **G E S T Ã O**

---

## **2019**

BRASÍLIA

# SENADO FEDERAL

---

Publicação elaborada pelo  
**ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA  
E GESTÃO ESTRATÉGICA**

**COORDENADORA**

Gabriela Agostinho Borges

**ASSESSORIA TÉCNICA**

Adriano Torres Ribeiro de Castro  
Alexandre de Lana Silva  
Daniela Pereira Carvalho  
Georgina Maria de Andrade Eufrazio  
Otto Luiz Vilela do Nascimento  
Wennder Indalecio Oliveira Fidelis

**SECRETÁRIA**

Adriana Rosangela Lima Reis

**ESTAGIÁRIOS**

Abner Pereira Duarte da Silva  
Krisley Kenia Ribeiro Leite

---

Brasil. Congresso. Senado Federal.  
Relatório de gestão 2019 / Senado Federal. – Brasília: Senado  
Federal, 2020.  
126 p. : il., gravs., retrs.

1. Brasil. Congresso. Senado Federal, relatório, 2019. I. Título.

---

# CARTA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DAVI ALCOLUMBRE

---



Quando, no início de 2019, apresentei minha candidatura à Presidência do Senado Federal, fiz questão de ressaltar quatro pilares que deveriam sustentar nossa instituição nos anos seguintes. Independência, transparência, austeridade e protagonismo, disse eu, seriam necessários para fazer frente aos desafios impostos ao País naquele momento.

Agora, findo o primeiro ano de minha administração nesta Casa, apresento aos nobres pares, à sociedade brasileira e ao Tribunal de Contas da União os principais resultados alcançados nesta gestão, referentes ao ano de 2019.

Somos, fundamentalmente, uma Casa de Leis, responsável, em conjunto com a Câmara dos Deputados, pela sublime e democrática missão de propor, discutir, aperfeiçoar e estabelecer a maior parte do arcabouço legal que sustenta nossa nação, assim como fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas, levadas a cabo pela ação do Executivo. Para a efetivação dessas atividades finalísticas, devemos contar com ampla gama de atividades-meio, de suporte e de gestão, mantidas competentemente pelo corpo funcional deste Senado, sempre em constante busca pela excelência e manutenção de elevados padrões gerenciais.

Para nossas atividades-fim, o ano de 2019 representou o ano mais produtivo, com resultado de deliberação de propostas que superou o dos últimos 24 anos desta Casa: 325 matérias. Foi também o primeiro ano de legislatura mais produtivo desse mesmo período. Ressalte-se, em meio aos diversos temas, a difícil reforma da Previdência Social, necessária e inadiável para permitir o reequilíbrio das contas públicas.

Para alcançar esse magnífico resultado legislativo, demos continuidade à implantação de objetivos e projetos estratégicos, estabelecidos já há algum tempo na Casa, enfatizando aqueles que resultam em maior transparência e maior participação

---

cidadã no Senado.

Medidas aparentemente simples, como a implantação de numeração única de projetos, abrangendo Câmara e Senado, são de suma importância para que o cidadão brasileiro acompanhe com facilidade a tramitação de matérias no Congresso. O avanço no uso de redes sociais e a presença efetiva na internet reduzem a distância entre a população e seus representantes, facultando, inclusive, a participação no processo legislativo por meio do e-Cidadania.

Por trás de tudo isso, muito esforço das áreas-meio para suprir a instituição em suas necessidades tecnológicas e de modernização administrativa, que vão desde o redesenho de processos de recursos humanos até o aumento na agilidade de atendimento às demandas internas de adequação do espaço de trabalho, passando por um número considerável de frentes de trabalho, materializados nos projetos estratégicos descritos neste relatório.

Da mesma forma, registramos avanços significativos relacionados ao binômio austeridade/sustentabilidade, uma vez que os novos tempos exigem que essas questões andem em conjunto. Registramos diversas reduções nos custos de funcionamento do Senado, ao mesmo tempo em que também nos tornamos cada vez mais sustentáveis do ponto de vista do respeito ao meio ambiente, um dos temas caros ao País.

Por último, registramos o grande esforço da atual administração para dotar o Senado de melhores condições de trabalho, com incorporação de tecnologia, com compra de equipamentos adequados, com formação contínua de quadros, inclusive gestores, com disseminação de informações e boas práticas.

Nosso compromisso com os quatro pilares está mantido. E este relatório comprova isso. A transparência é um dever do gestor público. Mas, em nosso caso, é um compromisso e uma satisfação permanente.

Que todos os ganhos que tivemos em 2019 se mostrem úteis para vencermos os enormes desafios que apontam no ano de 2020.

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONTEXTO ORGANIZACIONAL</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO</b>	<b>41</b>
	VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL	10		DECLARAÇÃO DO DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO	42
	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	14		GESTÃO DE CUSTOS	44
	GOVERNANÇA CORPORATIVA	18		GESTÃO DE PESSOAS	45
	POLÍTICAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO	22		GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	55
				SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	61
				RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	69
				GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	74
				DECLARAÇÃO DO DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÃO	78
				GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	79
				GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	83
<b>2</b>	<b>RESULTADOS DA GESTÃO</b>	<b>25</b>	<b>4</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>90</b>
	DECLARAÇÃO DA DIRETORA-GERAL	26		DECLARAÇÃO DO CONTADOR	91
	PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS	28		DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	93
	GESTÃO DE RISCOS	40			



## **CONTEXTO ORGANIZACIONAL**

# **VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL**

O Senado Federal é um dos órgãos que compõem o Poder Legislativo. Suas funções principais são a legislativa e a fiscalizadora. Estas funções estão formalizadas na Constituição Federal de 1988 e são os elementos essenciais da missão do órgão. A missão (propósito da organização) e a visão (estado futuro que a instituição pretende alcançar), elementos estratégicos norteadores da estratégia da instituição, foram determinadas no Ato da Comissão Diretora n° 5, de 2015, conforme figura abaixo. Estes são elementos estratégicos importantes para o direcionamento do órgão e, juntamente com os objetivos, diretrizes e valores, apresentados mais à frente neste relatório, têm sido utilizados para determinar e priorizar as ações de gestão da Casa.

A cadeia de valor constitui base fundamental para a análise e o diagnóstico da estrutura formal de uma instituição. Sua importância assenta-se no diagnóstico do grau de congruência entre os processos existentes e seu arcabouço de suporte, permitindo maior alinhamento entre ambos e, conseqüentemente, maior efetividade dos objetivos estratégicos pretendidos.

No que tange à cadeia de valor do Senado Federal, foram identificados dois grandes blocos de processos: 1) Atividade Parlamentar; e 2) Estratégia, Gestão e Suporte Organizacional. Os processos de atividade parlamentar são aqueles que impactam diretamente os beneficiários externos: no caso do Senado Federal, a sociedade e os Estados federados. Os processos de estratégia, gestão e suporte organizacional são aqueles que apoiam os processos de atividade parlamentar, coordenando, controlando e direcionando recursos financeiros, humanos, materiais, tecnológicos, entre outros.

## CADEIA DE VALOR

### MISSÃO

Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

### ATIVIDADE PARLAMENTAR

- Processo Legislativo
- Fiscalização e Controle das Políticas Públicas
- Investigação e Inquérito Parlamentar

### VISÃO

Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais, com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

### Estratégia, Gestão e Suporte Organizacional

- Desenvolvimento Organizacional
- Relações e Comunicação Institucional
- Gestão de Pessoas
- Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil
- Segurança Institucional
- Gestão de Tecnologia da Informação
- Gestão da Informação
- Consultoria Legislativa
- Assessoria Jurídica
- Educação Corporativa
- Auditoria Interna
- Secretariado do Processo Legislativo
- Administração e Logística

#### Desenvolvimento Organizacional

Abrange os processos relacionados a governança e estratégia

#### Administração e Logística

Envolve os processos relacionados a contratação, gestão patrimonial, gestão de infraestrutura e gráfica

#### Relações e Comunicação Institucional

Contempla os processos relacionados a transparência e comunicação

#### Consultoria Legislativa

Compreende os processos de consultoria técnica legislativa e orçamentária

## **ESTRUTURA**

A estrutura organizacional do Senado Federal é dinâmica e tem sido alterada de maneira contínua para se adaptar às mudanças do ambiente, para facilitar a implantação da estratégia e para atender às necessidades dos clientes e usuários do órgão. Entende-se que a estrutura não deve ser tida como uma restrição, algo que limita a atuação do órgão, mas como um instrumento que torna a entrega de resultados mais eficiente, efetiva e eficaz.

A estrutura atual do Senado Federal é representada no organograma seguinte. Nele são apresentadas as unidades legislativas e administrativas que compõem o órgão:

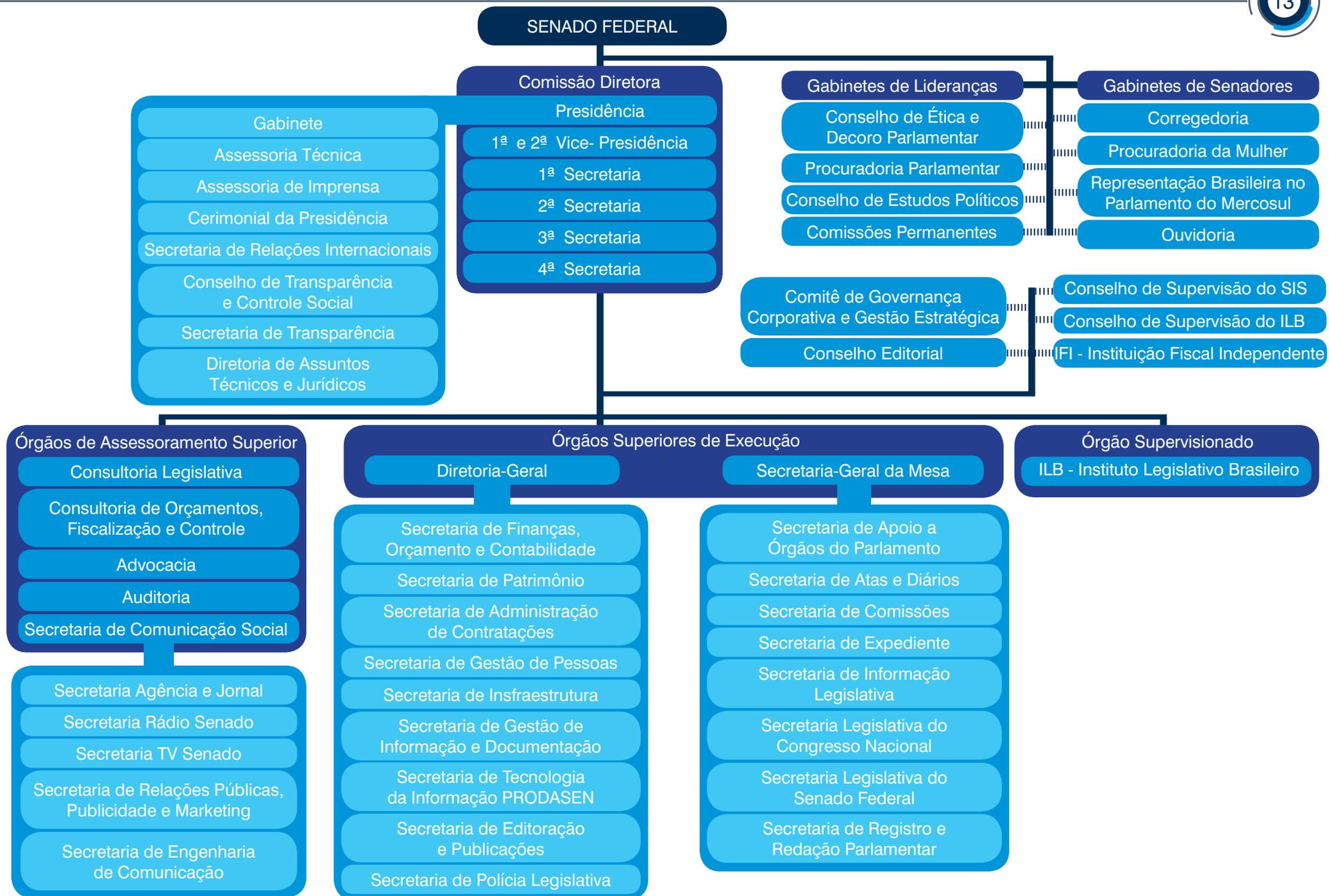


Figura adaptada. Organograma criado em 2015. (EGOV - 2018)

# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Desde 2015, o Senado Federal conta com um conjunto de elementos estratégicos, que devem nortear as ações da gestão da Casa até 2023. Este conjunto é formado pela missão, visão, valores e objetivos estratégicos da instituição (Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015). Esses elementos ajudam a definir uma perspectiva de longo prazo para a gestão da Casa, deixando claro para todos os colaboradores e para a sociedade em que patamar o Senado pretende estar daqui a alguns anos e o caminho que vai percorrer para chegar lá.



Os Projetos Estratégicos são ações com início, meio e fim que ajudam a concretizar o esforço do planejamento. A imagem abaixo apresenta a relação entre os elementos estratégicos.





## **MISSÃO DO SENADO FEDERAL**

Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

## **VISÃO DO SENADO FEDERAL**

Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais, com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

## VALORES

Valores são pilares que devem ser utilizados para orientar ações e harmonizar as relações entre os interessados. No caso do Senado Federal, os valores da instituição foram definidos como compromissos, no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015, e têm sido realizadas ações específicas para que estes valores sejam internalizados na cultura da organização:

- 1 Compromisso com o Parlamento
- 2 Compromisso com a excelência na prestação de serviços públicos
- 3 Compromisso com a qualidade de vida dos colaboradores
- 4 Compromisso com a igualdade
- 5 Compromisso com a livre disseminação de ideias
- 6 Compromisso com a transparência
- 7 Compromisso com responsabilidade na utilização de recursos públicos
- 8 Compromisso com a sustentabilidade
- 9 Compromisso com a acessibilidade
- 10 Compromisso com a memória do Senado
- 11 Compromisso com a comunidade

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Abaixo são apresentados os Objetivos Estratégicos do Senado Federal, conforme o Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015:

- 1 Aumentar a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos
- 2 Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho
- 3 Valorizar as pessoas
- 4 Fortalecer a transparência e a comunicação
- 5 Readequar a estrutura física
- 6 Preservar a memória do Senado
- 7 Priorizar as atividades-fim do Senado

# GOVERNANÇA CORPORATIVA

O sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para garantir que a instituição está cumprindo suas obrigações. Envolve, portanto, as estruturas administrativas, os processos de trabalho, os instrumentos, o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização. De forma simplificada, esse sistema integrado de governança e gestão pode ser assim representado, como a figura na página seguinte.

O sistema de governança do Senado Federal, no sentido amplo, decorre da própria Constituição, a qual preceitua que todo poder emana do povo (sociedade) e seu exercício dar-se-á, indiretamente, por meio dos seus representantes eleitos. Adicionalmente, a Constituição estabelece a missão e atribuições do Senado Federal, além das competências da Mesa e do Presidente, e atribui ao Plenário da Casa a competência privativa para, por meio de Resolução, promover mudanças do Regimento Interno, bem como mudanças em sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração.

Realizando este mandato constitucional, o Regimento Interno institui a Comissão Diretora, composta pelos titulares da Mesa, e a ela atribui o papel de Órgão Máximo de Governança Administrativa. Desta forma, nota-se que os princípios e pressupostos democráticos e representativos expressos na Carta se desdobram e permeiam, partindo da sociedade através de seus representantes, o sistema de governança corporativa do Senado Federal. Afinal, enquanto a Comissão Diretora exerce o papel de órgão máximo de governança administrativa da Casa, cabe ao Plenário eleger seus membros ou ainda, por iniciativa de qualquer Senador ou colegiado regimental, dispor sobre o seu funcionamento e atribuições.

Adicionalmente, o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pelo Plenário por meio de Resolução e modificado por meio de Atos da Comissão Diretora, estabelece as competências administrativas dos demais órgãos constituintes dos sistemas de governança e gestão corporativa, especialmente a Presidência e a Primeira Secretaria. Esses atuam como Órgãos Executivos de Governança, cujas competências abrangem, no contexto corporativo: designação da gestão executiva e das instâncias de apoio à governança e gestão; avaliação de desempenho; supervisão dos atos e contratos administrativos; direcionamento, acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e da estratégia; e aprovação e encaminhamento de planos e políticas corporativas para deliberação da Comissão Diretora.

O sistema de governança corporativa do Senado Federal vai além de sua origem e estrutura constitucional e representativa ao incorporar, através de um processo de modernização e de orientação para as partes interessadas difusas, boas práticas e referências em governança pública nos aspectos de transparência, prestação de contas e responsabilização. Nesse sentido, destacam-se a Ouvidoria, o Conselho de Transparência e Controle Social e o Serviço de Informação ao Cidadão. Cabe observar que alguns órgãos do Parlamento, como o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a Corregedoria Parlamentar, também integram o sistema de governança corporativa, concluindo, assim, a formação do sistema.

## SISTEMAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO CORPORATIVAS DO SENADO FEDERAL

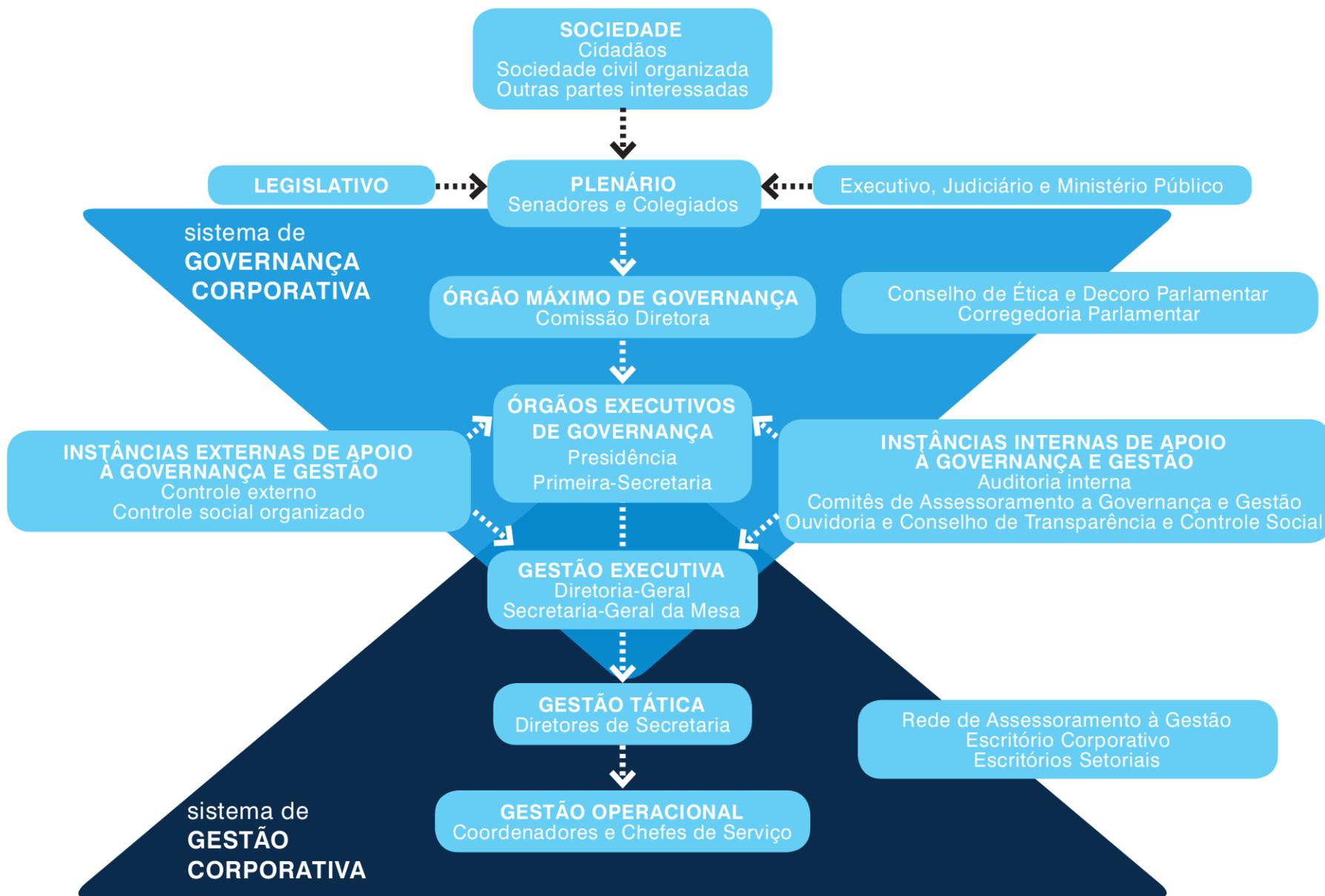


Figura adaptada. Sistema de Governança em órgãos e entidades da Administração Pública. Referencial Básico de Governança - TCU, 2014. (EGOV - 2018)

## GOVERNANÇA DE TI



O Sistema de Governança de TI do Senado Federal foi implementado pelo **Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 8, de 2016 (21/10/2016)**, que instituiu a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PGTI/SF).

A PGTI/SF tem por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de Governança, de Gestão e de uso da TI com as estratégias de negócio do Senado Federal. O Sistema de Governança de TI tem como principal instância o Comitê de Governança de TI (CGTI), composto pelos principais representantes das áreas de negócio do Senado Federal e provedores de serviço de TI. O Comitê tem como objetivos: propor o Plano Estratégico de TI e o Plano Diretor de TI; coordenar a formulação das propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de TI; coordenar a elaboração dos planos e a definição dos indicadores de desempenho de TI; realizar a gestão de portfólio dos projetos de TI; priorizar as ações e os investimentos de TI; e monitorar e controlar os projetos de TI, avaliando riscos, problemas e custos relacionados aos projetos. O CGTI é composto pelos seguintes membros: Diretor-Geral Adjunto de Gestão, Secretário-Geral da Mesa Adjunta, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação, Diretor Adjunto da Secretaria de Comunicação Social e Diretor Adjunto do Instituto Legislativo Brasileiro.

O CGTI elabora a cada biênio o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que serve como um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação e comunicação. No PDTI encontra-se um conjunto de projetos direcionados ao atendimento das áreas de negócio do Senado e ações estruturantes que dão suporte a estes projetos. Todos os projetos são orientados pela Gestão de Portfólio de Projetos de TI, possibilitando a alocação dos recursos de TI nos projetos que mais contribuem para a estratégica corporativa do Senado Federal e seu papel institucional.

## GOVERNANÇA DE CONTRATAÇÕES

Com a publicação da Política de Contratações do Senado Federal (ATC nº 12/2014 – Anexo V do RASF), a Governança de Contratações no Senado Federal foi formalmente institucionalizada, por meio do estabelecimento de:

- Diretrizes da Política de Contratações;
- Comitê de Contratações; e
- Competências dos atores envolvidos no processo de contratações.

Desta forma, o Senado Federal, segundo o ciclo clássico de Governança:

- Avalia as necessidades das áreas e as prioridades institucionais relacionadas às aquisições;
- Direciona as contratações do órgão por meio do Plano de Contratações;
- Monitora o desempenho das contratações, evitando que riscos e problemas ocorridos durante as contratações prejudiquem o atingimento dos objetivos organizacionais.

Dentre os benefícios gerados pelo estabelecimento do Sistema de Governança de Contratações, ressaltam-se:

- Priorização das contratações com foco institucional e não mais apenas segundo visões setoriais e não integradas;
- Definição clara de papéis, estabelecendo claramente as responsabilidades de cada ator envolvido no processo, destacando-se os papéis do Comitê de Contratações, dos órgãos técnicos e dos órgãos demandantes;
- Monitoramento contínuo das contratações, permitindo que o grau de execução do orçamento possa ser otimizado;
- Eliminação do problema relacionado à falta de integração entre o planejamento e a execução das contratações.

O estabelecimento do Sistema de Governança de Contratações no Senado Federal permitiu ao órgão ser considerado referência na área pelo Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido convidado a apresentar o seu **case** no evento “Diálogos Públicos”, destinado a trocar informações e conhecimentos com a sociedade, o Congresso Nacional e os gestores públicos.

Além disso, com a implantação do Sistema de Governança de Contratações, o Senado Federal passou a integrar os 5% dos órgãos mais maduros em Governança de Contratações, segundo análise realizada pelo TCU em 2017, que avaliou 482 órgãos da Administração Pública.

# POLÍTICAS CORPORATIVAS

As políticas objetivam aprimorar e fortalecer os mecanismos de governança, orientando a atuação dos seus gestores e colaboradores. Adicionalmente, contribuem para aumentar a transparência sobre as práticas adotadas internamente na Casa. Elas definem ações, atribuem responsabilidades, orientam condutas, estabelecem o direcionamento estratégico e determinações para as atividades corporativas:

## ***Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal (17/04/2018)*** ***ATC nº 2/2018***

Institui no Senado Federal estrutura normativa com a finalidade de integrar os princípios e regras regentes das ações de aperfeiçoamento profissional do corpo funcional da Casa, tendo como objetivo principal o aprimoramento de conhecimentos individuais em favor do cumprimento das missões institucionais.

### **Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal**

Compete ao ILB elaborar o PLANO DE CAPACITAÇÃO ANUAL DOS SERVIDORES DO SENADO FEDERAL – PCASF, que consiste em um instrumento básico de previsão de execução das ações educacionais de interesse da Casa.

---

## ***Política de Contratações (17/04/2018)*** ***ATC nº 2/2018***

Institui no Senado Federal estrutura normativa objetivando a estruturação sistêmica, instrumentalização, papéis e responsabilidades com foco na racionalização administrativa, promovendo assim a economia de recursos públicos e maior eficiência administrativa.

### **Plano de Contratações**

O Plano de Contratações é o documento que compila todo o planejamento de contratações de obra, aquisição de bens ou prestação de serviços, seja mediante procedimento licitatório ou por meio de contratação direta.

***Política Corporativa de Segurança da Informação (16/06/2017)***  
***ATC nº 9/2017***

Institui no Senado Federal estrutura normativa cujo objetivo é estabelecer princípios, diretrizes estratégicas, responsabilidades, competências e subsídios para a implantação do sistema de gestão de segurança da informação, a fim de viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a autenticidade e a confidencialidade das informações recebidas, produzidas, processadas, armazenadas e transmitidas pela Casa.

---

***Política de Governança de Tecnologia da Informação (21/10/2016)***  
***ATC nº 8/2016***

Institui no Senado Federal estrutura normativa que compreende objetivos, princípios, diretrizes, estruturas e competências, tendo por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de governança, gestão e de uso da TI com as estratégias de negócio.

***Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI/SF***

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI/SF é elaborado pelo Comitê de Governança de TI – CGTI com duração de dois anos e contém o seguinte escopo: declaração das diretrizes de TI; definição das ações estruturantes relacionadas às diretrizes de TI; definição dos projetos voltados ao tratamento dos principais riscos de TI identificados; definição dos projetos voltados ao atendimento das áreas de negócio do SF; e definição dos indicadores para avaliação do desempenho da TI.

---

***Política de Gestão de Riscos Organizacionais (26/06/2013)***  
***ATC nº 16/2013***

Institui no Senado Federal estrutura normativa constituindo o conjunto de práticas para prevenir e tratar impactos negativos e potencializar impactos positivos ao ambiente organizacional, decorrentes de eventos ou ações internas ou externas.

***Política de Acessibilidade (26/06/2013)***  
***ATC nº 15/2013***

Institui no Senado Federal estrutura normativa objetivando a estruturação sistêmica, instrumentalização, papéis e responsabilidades no desenvolvimento de ações destinadas particularmente a garantir os direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito do Senado Federal.

**Plano de Acessibilidade**

O Plano de Acessibilidade é o atual instrumento de gestão adotado pela Casa na implementação de ações relacionadas à promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

---

***Política de Responsabilidade Socioambiental (21/03/2013)***  
***ATC nº 4/2013***

Institui no Senado Federal estrutura normativa objetivando a estruturação sistêmica, instrumentalização, papéis e responsabilidades no desenvolvimento de ações econômica, social e ambientalmente sustentáveis.

**Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS**

O Senado, por meio do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais – NCAS, elabora para cada biênio o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS do Senado Federal, uma ferramenta de planejamento que estabelece práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos e se caracteriza por ser uma agenda estruturante para uma atuação socioambientalmente correta.

**Plano de Equidade de Gênero e Raça**

O Plano de Equidade de Gênero e Raça é um instrumento de gestão que permite à direção quantificar, acompanhar, orientar e avaliar as ações implementadas durante o período entre 2019 e 2021.



## **RESULTADOS DA GESTÃO**

## DECLARAÇÃO DA DIRETORA-GERAL, ILANA TROMBKA



Em tempos desafiadores, o Senado mostra à sociedade a importância de seu papel para o Brasil. Já no início de 2019 colocamos em prática um esforço inédito, de vários setores, para dar posse a 54 senadores e aos novos assessores.

Ações como essa se assentam em valores firmados em 2015. Na forma de carta, inscrevemos ali compromissos com a responsabilidade no uso de recursos públicos, excelência na prestação de serviços, transparência, sustentabilidade, entre outros. É um alicerce sobre o qual estão montados os objetivos estratégicos, que conduzem nossas ações e mostram à sociedade como e onde queremos chegar.

Essa direção passa pela capacitação de servidores. Apostamos no Programa de Formação Gerencial e num MBA voltado a aperfeiçoar conhecimentos em alocação de força de trabalho numa época em que não há reposição de pessoal aposentado. Na mesma área, inovamos ao selecionar diretores – foram três em menos de um ano – por meio de processo simplificado interno que prioriza a meritocracia.

Nosso Sistema Integrado de Contratações (SENiC), que começou a funcionar em 2019, já virou modelo no setor. O SENiC é resultado de caminho traçado em 2014, a partir do Programa de Sistematização de Contratações (PSC), e reúne num só aplicativo as etapas de planejamento, instrução, acompanhamento e ajustes, tudo isso com navegação amigável.

A boa gestão não pode prescindir do cuidado com as pessoas. Por isso, temos investido mais em pesquisas de clima organizacional e campanhas de prevenção de doenças. O resultado é a queda do índice de absenteísmo no trabalho e a maior integração no ambiente laboral.

A gestão de TI foi fortalecida no ano passado por meio da atualização tecnológica dos sistemas e do uso da inteligência artificial. Também unificamos a numeração das proposições bicamerais – que tramitam nas duas Casas do Congresso. A medida também é de transparência, uma vez que facilita o acompanhamento do processo legislativo pelos cidadãos.

Modelo em sustentabilidade, o Senado lançou em 2019 a cartilha Iniciativas Sustentáveis para a Administração Pública – ISAP, que compila 355 ações instituídas nos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) de 18 órgãos dos três Poderes.

Equidade – Mais avanços nesta que é uma das áreas mais preciosas de nossa gestão. Na equidade de gênero, trabalhamos para aumentar a participação da mulher nos espaços decisórios e para combater o assédio. Chegamos, em 2019, a 32% de cargos de chefia nas mãos de mulheres, enquanto em 2016 esse volume era de 12%.

E para garantir o respeito ao trabalho delas, apostamos fortemente na campanha “Senado, ambiente livre de qualquer tipo de assédio”, com alertas sobre combate e prevenção do problema e esclarecimentos sobre como e onde fazer a denúncia.

Em 2019, o Senado lançou seu Plano de Equidade de Gênero e Raça, inédito no setor público. O PEGR traz metas, prazos e formas de controle para que todos os compromissos sejam alcançados em dois anos. São cinco eixos temáticos, com a previsão das unidades responsáveis pelo cumprimento de cada objetivo.

Ao antecipar algumas das ações presentes neste Relatório, desejo que seu conteúdo represente não apenas um registro para análise de gestão, mas uma tendência do papel de organismos públicos numa sociedade que requer e exige bons serviços prestados por seus servidores.

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

## PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

A materialização dos elementos estratégicos (missão, visão, valores e objetivos) se dá com os projetos estratégicos. Quando se fala dos elementos estratégicos, deve-se considerar o ponto de vista sobre “o que” o Senado pretende atingir; já quando se abordam os projetos estratégicos, a ótica muda para o “como” o Senado atingirá aqueles elementos.

Atualmente, o portfólio do Senado Federal conta com 16 projetos estratégicos. Porém, é importante destacar que esse portfólio pode ser revisado a qualquer momento, pois as circunstâncias internas e externas que o motivaram não são fixas; ou seja, ele é dinâmico. Estas mudanças são avaliadas pelo Comitê de Gestão da Estratégia.

Através do portfólio de projetos estratégicos, é possível conhecer um pouco mais sobre a diversidade de temas nos quais o Senado Federal atua interna e externamente. Diversos benefícios foram gerados ao longo da execução dos projetos, sendo possível constatar melhorias em processos legislativos e administrativos, destacando-se:

- Atualização tecnológica dos sistemas que suportam o processo legislativo;
- Maior eficiência no atendimento a usuários dos serviços de recursos humanos;
- Melhoria da qualidade do áudio do plenário;
- Criação de um plenário redundante;
- Aperfeiçoamento do processo de atendimento a usuários que demandam mudanças em seus ambientes físicos;
- Geração de novos mecanismos de interação entre os cidadãos e os parlamentares;
- Aumento da integração das informações geradas pela Câmara e pelo Senado durante a execução do processo legislativo;

- Fortalecimento do processo de Governança de TI;
- Consolidação do modelo de capacitação gerencial;
- Desenvolvimento do processo de avaliação de impacto legislativo;
- Melhoria dos processos de suporte a gestão e governança relacionados ao planejamento da estratégia, gestão de processos e gestão de portfólios;
- Aprimoramento do processo de recepção de pessoas no Senado Federal.

Os projetos que permanecem em execução são iniciativas de médio e longo prazo que visam à geração de valor para clientes e usuários no que tange à gestão do conhecimento, gestão arquivística e documental, comunicação e acesso de veículos.

## PROJETO

### Remodelagem e automação de processos de recursos humanos

Com o intuito de obter maior qualidade, rapidez e menor dependência de colaboradores para a execução dos processos de recursos humanos (RH), o projeto estratégico de remodelagem e automação de processos de RH foi desenvolvido ao longo de 2018 e 2019 e apresentou resultados substanciais. Diversos serviços que antes eram executados via formulários e com alto nível de intervenção humana hoje são disponibilizados na central de serviços de maneira automatizada, gerando maior satisfação para os usuários e eficiência na operação. Dentre os processos analisados e automatizados pelo projeto, destacam-se: inclusão de dependentes; solicitação de assistência pré-escolar; inclusão de beneficiário no SIS; inclusão de dependente no IRRF; exclusão de dependente; e admissão de cargos comissionados.

**PROJETO****Estruturação da gestão da estratégia corporativa**

O projeto foi criado com a missão de estruturar cinco processos de apoio à gestão da estratégia corporativa: planejamento estratégico; gerenciamento de portfólio de projetos; gerenciamento de projetos; melhoria de processos; e gestão da estrutura e alocação de pessoal. Como resultados da iniciativa, foi desenhado e executado o processo de planejamento da estratégia, concebida uma proposta de estratégia para o novo biênio, revistos os processos de gerenciamento de portfólio e de projetos, criado o repositório corporativo de processos, disponibilizado o projeto na intranet, e desenvolvida e testada a metodologia de lotação referencial.

**PROJETO****Aprimoramento da capacitação gerencial**

Considerada como um dos pilares para a melhoria da instituição, a capacitação gerencial foi escopo de um dos projetos estratégicos e obteve como entregas o desenho geral da capacitação gerencial, o desenvolvimento do ciclo intermediário do PFG (Programa de Formação Gerencial) e a criação de uma proposta de política de capacitação gerencial.

**PROJETO****Ampliação das funcionalidades do e-Cidadania**

O e-Cidadania é um programa interno do Senado que aproxima o parlamento dos cidadãos por meio da disponibilização de ferramentas que aumentam a interação com o processo legislativo e a transparência de sua execução. Tendo como objetivo melhorar os resultados gerados pelo programa, o projeto estratégico aperfeiçoou o processo de seleção das perguntas enviadas pelos cidadãos, passou a publicar em dados abertos as informações estatísticas do e-Cidadania, aproximou o eleitorado por meio da integração com redes sociais e desenvolveu o workshop e a cartilha do e-Cidadania para os assessores dos parlamentares.

**PROJETO****Modernização dos plenários do Senado Federal**

Os plenários do Senado Federal têm sido modernizados há alguns anos, principalmente por meio do aporte de novas tecnologias que proporcionem maior praticidade para o desenvolvimento do processo legislativo e maior transparência sobre as discussões e resultados gerados. Neste último biênio foi realizada a substituição do áudio do plenário principal e a adaptação do Auditório Petrônio Portela para ser usado como plenário redundante.

**PROJETO****Modernização dos sistemas legislativos**

Os sistemas que dão a sustentação ao processo legislativo foram, em grande parte, desenvolvidos pelo próprio Senado Federal e carecem de manutenção e evolução constante, principalmente por estarem relacionados ao processo mais crítico e estratégico da instituição. Fizeram parte do escopo do projeto estratégico sistemas que necessitavam ter a tecnologia atualizada ou que tiveram etapas do processo melhoradas. Como exemplo de alguns resultados destacam-se: cadeia de valor do processo legislativo; desenho to-be do processo “Uso da Palavra”; e início do projeto de automação do processo-piloto “Uso da Palavra”.

**PROJETO****Aprimoramento do processo de avaliação de impacto legislativo e de desempenho das políticas públicas**

Com o intuito de fomentar a adoção da avaliação de impacto legislativo no Poder Legislativo brasileiro e preparar sua implementação, além de avaliar os resultados dos processos de avaliação de políticas públicas no Senado Federal e reavaliar a metodologia de análise atualmente aplicada, foi criado o projeto estratégico de aprimoramento do processo de avaliação de impacto legislativo e de desempenho das políticas públicas. Esta iniciativa obteve como marcos principais a criação de metodologia para aplicar a avaliação de impacto legislativo no Senado, a geração de EAD sobre avaliação de impacto legislativo e a atualização do processo de avaliação de políticas públicas.

**PROJETO****Centralização do atendimento das demandas de mudança nos ambientes de trabalho**

Devido à identificação de oportunidades de melhoria do processo de alterações físicas nos ambientes de trabalho, como velocidade do atendimento, praticidade na gestão dos pedidos pelos usuários e transparência da execução, o projeto estratégico foi concebido. Como resultados, implantou-se uma sistemática integrada de mudança, na qual o solicitante passou a ter uma interface de gestão das solicitações, e foi definido um agente para coordenar as áreas internas e externas envolvidas no processo.

**PROJETO****Reestruturação da estratégia de canais de comunicação social**

O projeto foi criado para ampliar os canais de comunicação com a sociedade por meio de plataformas digitais, aumentando o alcance e a abrangência do atual sistema de comunicação e oferecendo maior diversidade de conteúdos sobre a atividade legislativa. Como entregas do projeto, foi planejado o desenvolvimento dos produtos “infomatérias” e “senaplay”, além do credenciamento de rádios parceiras.

**PROJETO****Aceleração da conversão digital da TV Senado**

O Senado Federal tem buscado a modernização do sistema de transmissão de som e imagem dos trabalhos legislativos, passando do analógico para o digital. Com esse objetivo em questão, o projeto estratégico teve como escopo acelerar a integração dos sistemas de captação, produção, finalização, armazenamento, programação, publicação, exibição e transmissão dos conteúdos da TV Senado, em todos os seus canais de distribuição de TV e Internet, no padrão HD 16:9.

**PROJETO****Integração da informação legislativa entre Câmara e Senado**

Tendo em vista as diversas similaridades existentes entre os processos legislativos e administrativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os dois órgãos têm buscado uma maior proximidade e integração de seus serviços e padronização da linguagem utilizada. No período, empreenderam-se esforços para tornar o processo legislativo um instrumento similar na linguagem, nos conceitos, nos processos e na forma de tratamento e apresentação pelas duas Casas congressuais. Como resultados, obtiveram-se a implementação do Plano de Indexação Legislativa, a elaboração da lista de objetivos específicos comuns entre as Casas e a implantação da numeração única no Congresso.

**PROJETO****Modernização e humanização do acesso de pessoas e veículos ao Senado Federal**

Com o intuito de aprimorar a segurança da instituição e o acolhimento e a recepção de pessoas, decidiu-se analisar e melhorar os processos de recepção de pessoas e de acesso de veículos nas dependências do Senado Federal. Como entregas do projeto foram realizadas as seguintes alterações: mudanças físicas nas recepções dos Anexos I e II e na chapelaria; substituição dos postos de segurança por recepcionistas; integração de partes do processo de recepção de pessoas entre as unidades de relações públicas e de polícia legislativa; readequação da estrutura; e processo de controle do acesso de veículos.

**PROJETO****Gestão do conhecimento**

A aplicação de gestão do conhecimento (GC) permite que a organização pública visualize de maneira sistêmica sua situação atual, permitindo diagnosticar quais as melhores práticas a serem adotadas, com o objetivo de aprimorar seu desempenho, utilizando os melhores conhecimentos disponíveis nas suas unidades, prestando assim, serviços mais adequados às demandas da sociedade. Para o desenvolvimento das práticas de GC no Senado Federal, desenvolveu-se o projeto estratégico de GC, que teve como entregas, até o momento, a construção de uma metodologia para aplicação da GC, o diagnóstico do grau de maturidade de Gestão do Conhecimento e a execução de projeto piloto na SEGRAF para validação do método.

**PROJETO****Implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**

Este projeto estratégico foi selecionado para compor o portfólio com o objetivo de implementar o PDTI por meio do gerenciamento de forma integrada, coesa e transparente de todos os projetos relacionados às ações estruturantes de TI com prioridade no PDTI 2017-2019. Dentre os resultados efetivados, destacam-se: a contratação de Fábrica de Software para aumentar a capacidade de entrega da TI; a implantação de nova forma de desenvolvimento (Apex) com uso de estagiários, visando também aumentar a capacidade de entrega da TI; a centralização dos centros de processamento de TI em ambiente seguro e adequado; e a implantação do processo de gestão de identidades.

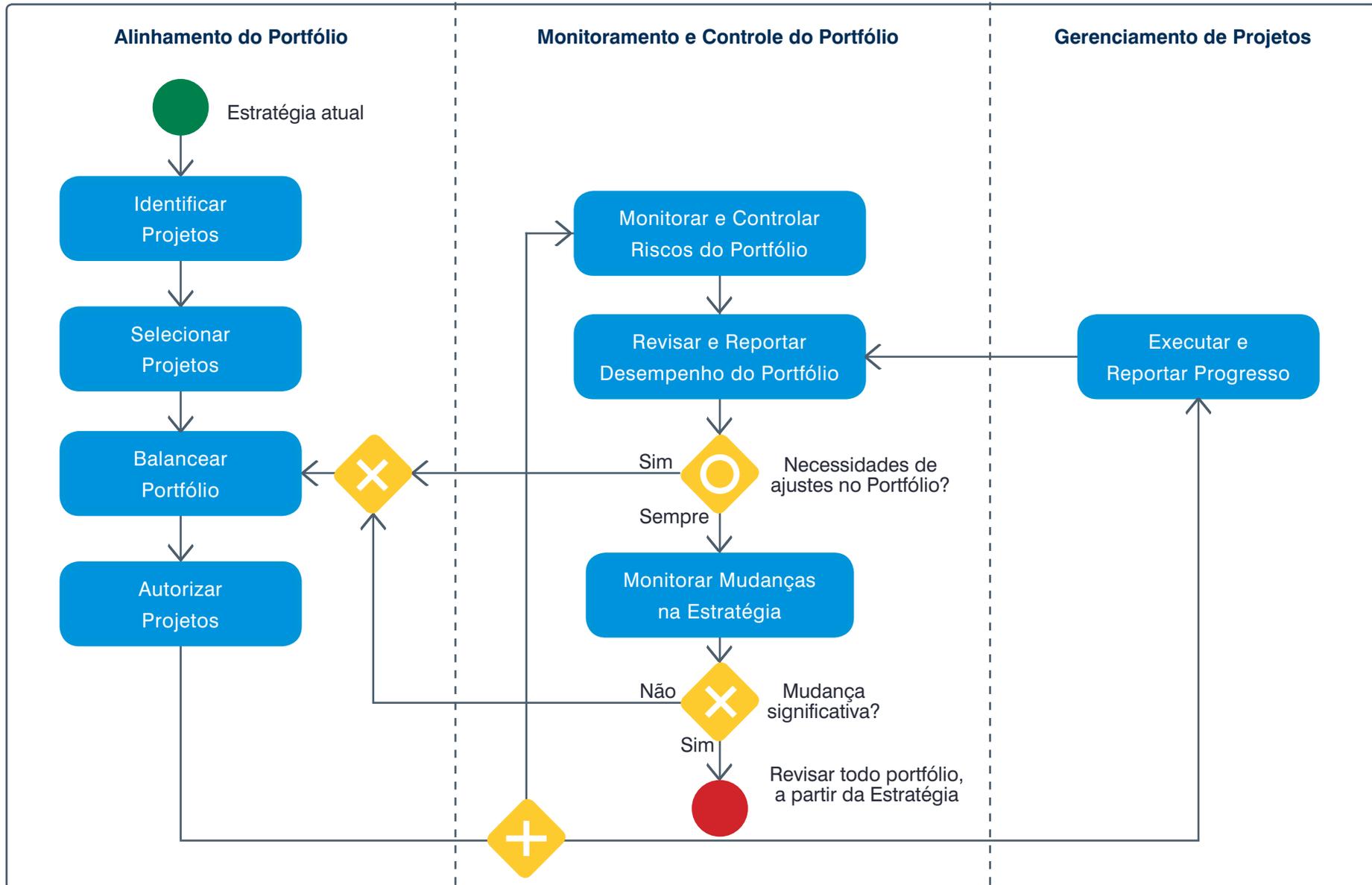
**PROJETO****Revisão do processo de tratamento da documentação histórica e administrativa**

O processo de tratamento da documentação histórica e administrativa foi analisado e concluiu-se que melhorias em termos de redesenho de fluxo e automação de processos seriam necessárias para aperfeiçoar a produção documental e aumentar a confiabilidade e a autenticidade dos documentos. O projeto possui um escopo bastante abrangente, tendo diversas entregas previstas, e até o momento pode-se mencionar resultados como: workshop “Gestão Arquivística e Preservação da Memória do Senado Federal”; o termo de Execução Descentralizada (TED) com a UnB; o diagnóstico do estado de conservação da documentação relativa ao período imperial; a proposta de adequação de sistemas e implementação de repositório digital e de ferramenta de descrição (em execução); e a digitalização de 86 metros lineares de documentos com valor secundário (em execução). Devido à complexidade do projeto, este foi planejado para ter sua execução até o biênio 2020/2021.

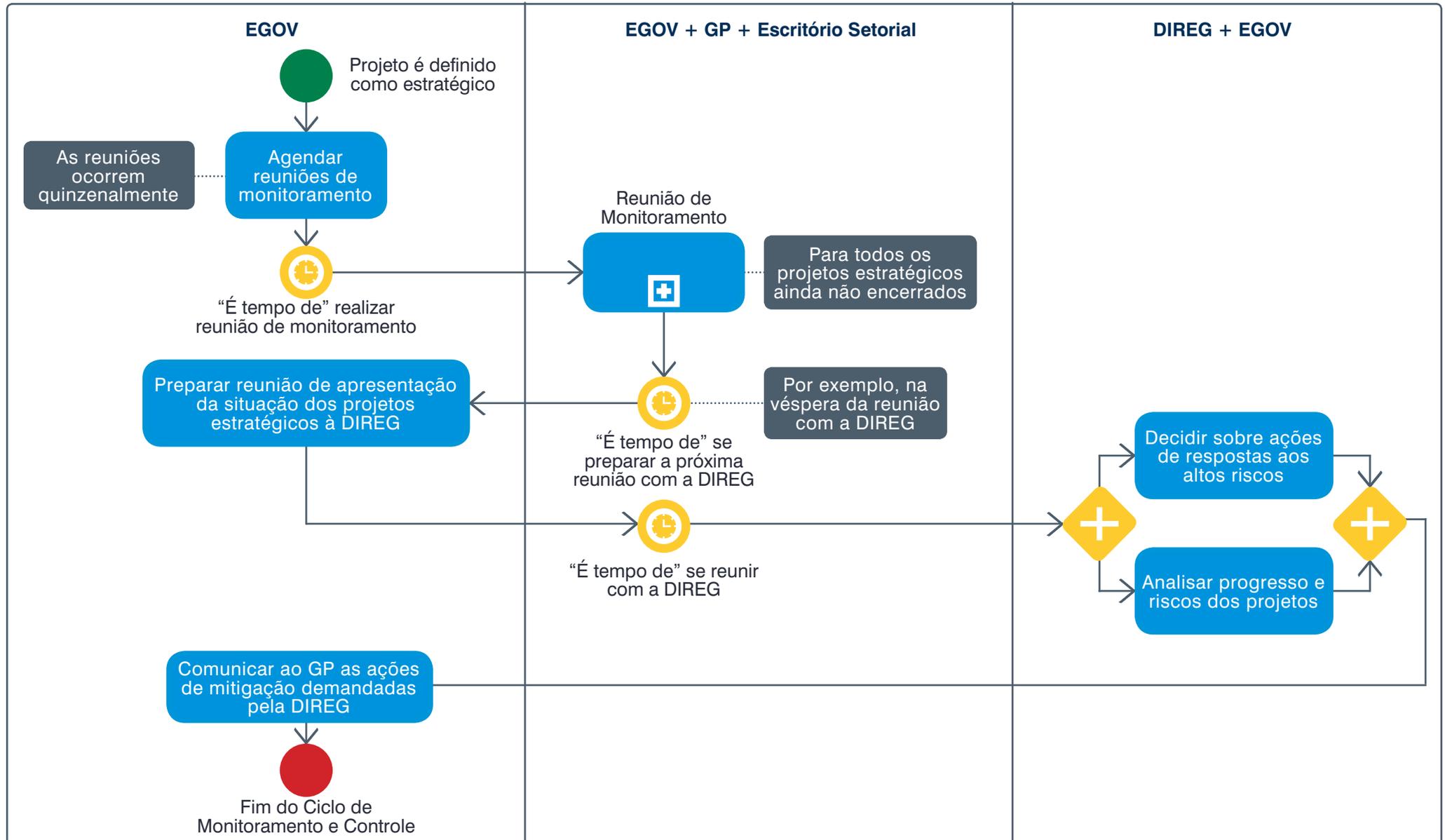
**PROJETO****Reavaliação da estrutura financeira e atuarial do SIS**

O projeto foi criado para realizar estudos atuariais com vista à avaliação das condições econômicas e operacionais do plano, verificando o seu comportamento e propondo ajustes e melhorias. Estes estudos atuariais realizados durante o projeto subsidiaram uma proposta de modelo de negócio para o SIS que deverá ser implementada por meio de outro projeto.

# GESTÃO DE PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS - VISÃO GERAL DO PROCESSO



# MONITORAMENTO E CONTROLE DE PROJETOS ESTRATÉGICOS



# GESTÃO DE RISCOS

Desde 2015, o Portfólio de Projetos Estratégicos do Senado Federal, definido após a revisão da Estratégia Corporativa, é monitorado e controlado continuamente de modo a se gerenciar o risco de não atingimento dos resultados almejados. Esse processo de gestão de portfólio garante que os projetos aprovados permaneçam alinhados à Estratégia Corporativa e os riscos detectados nos projetos possam ser analisados e gerenciados, de forma a não se tornarem problemas de fato e prejudicarem o atingimento dos resultados estratégicos desejados.

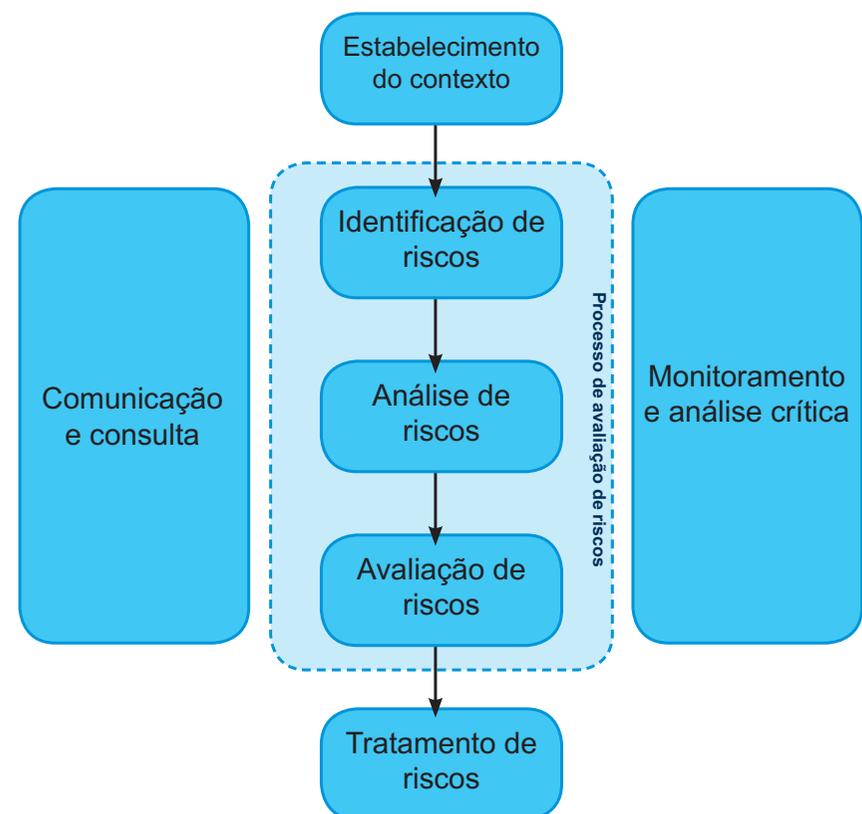
O “Processo de Monitoramento e Controle do Portfólio de Projetos Estratégicos” tem dois objetivos principais: gerenciar os riscos do portfólio e subsidiar a alta administração de informações atualizadas sobre o andamento dos projetos, focando na comunicação dos resultados atingidos. O monitoramento é realizado por meio de reuniões quinzenais entre o gerente do projeto, o chefe do Escritório Setorial de Gestão da unidade da qual o gerente faz parte, membros do EGOV (Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica) e outros colaboradores que forem convocados pelo gerente. Nessas reuniões, é decidido o nível hierárquico mais apropriado para o tratamento dos riscos identificados (escalonamento de riscos). Semanalmente, há uma reunião entre a equipe do EGOV e a DIREG (Diretoria-Executiva de Gestão) para apresentação do progresso dos projetos estratégicos e dos riscos altos identificados. O monitoramento contínuo tem possibilitado a antecipação de situações que poderiam se tornar problemas e prejudicar o desempenho dos projetos e, conseqüentemente, o atingimento da Estratégia Corporativa.

Processo semelhante é utilizado no gerenciamento dos projetos estruturantes de Tecnologia da Informação. Por meio do monitoramento contínuo realizado pelo EGOV,

os riscos são identificados, avaliados e tratados, incluindo o escalonamento dos riscos mais críticos ao Comitê de Governança de TI, quando necessário.

Todo o processo de Gerenciamento de Riscos utilizado nestes casos é baseado no Processo Corporativo de Gestão de Riscos, customizado pelo EGOV a partir da Norma ISO 31.000, e disponibilizado institucionalmente no Repositório Corporativo de Processos.

## PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS





## **ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO**

## DECLARAÇÃO DO DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO, MÁRCIO TANCREDI



O ano de 2019 foi particularmente exigente para as áreas de gestão do Senado Federal. Ultrapassamos desafios importantes, como garantir de forma adequada a posse e instalação dos 49 novos senadores da 59ª legislatura, sendo 46 eleitos no pleito de 2018, e 3 substitutos de senadores eleitos para governos estaduais. Isso exigiu um grande e concentrado esforço das áreas de infraestrutura e de patrimônio, que precisaram gerar condições adequadas para que as novas equipes pudessem assumir, já no dia 1º de fevereiro, gabinetes limpos, abastecidos e equipados para o início dos seus trabalhos.

Talvez ainda maior tenha sido o desafio de processar as alterações do quadro de pessoal decorrentes da nova composição do Plenário. Foi grande o nível de renovação nesse quadro, registrando-se, apenas no mês de fevereiro, quase três mil movimentações na área parlamentar. Isso somente pode acontecer, com ordem e celeridade, pelo uso inaugural de uma plataforma de automação da movimentação de pessoal desenvolvida na própria Casa, plataforma essa que permitiu que todas as requisições fossem processadas sem necessidade de deslocamento físico de pessoas, e com todo o conjunto de documentos, informações e declarações sendo acolhido de forma eletrônica.

No âmbito dos projetos estratégicos, continuou valendo a premissa de balancear resultados de longo prazo com entregas de curtíssimo prazo, podendo ser citadas como exemplo as iniciativas de automação da plataforma de gestão de pessoal, que eliminaram a intervenção manual em diversas rotinas, entre as quais o abono de frequência e abono das faltas previstas na Lei nº 8.112, entre outras.

Na área de tecnologia da informação, foi consolidado o processo de gestão de fábrica de **software** que passou a funcionar como um importante recurso do PRODASEN e de forma integrada com os processos internos de desenvolvimento de **software**. Também foi adotado processo de desenvolvimento de aplicações de interesse setorial a partir de uma plataforma de natureza corporativa, garantindo soluções ágeis e preservação da integridade do ambiente, com segurança de dados e sua disponibilidade para uso em informação gerencial. A maturidade adquirida nesse processo, aliada a um programa cuidadoso e enxuto de manutenção do parque computacional da Casa, vem permitindo sustentar os prazos de entrega acordados com as áreas de negócio e o direcionamento dos recursos próprios de pessoal às atividades mais nobres de planejamento e de controle da informação.

Ainda na área de tecnologia, foi renovado o site do Congresso Nacional, administrado pelo Senado Federal, bem como desenvolvidas iniciativas de integração com a Câmara dos Deputados. Nesse diapasão, foi unificada a numeração das matérias compartilhadas pelas duas Casas, e foram alcançados outros aspectos de padronização do processo legislativo, sob a coordenação da Secretaria-Ge-

ral da Mesa e do PRODASEN.

O CGTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação funcionou continuamente em 2019, tendo realizado cinco reuniões para acompanhamento, orientação e ajustes nos 33 projetos/ações estruturantes de TI.

Na área documental, a Secretaria de Gestão de Documentação e Informação seguiu conduzindo, em parceria com a UNB - Universidade de Brasília, o projeto de pesquisa “A Gestão da Informação e de Documentos no Senado Federal: em Busca de um Modelo de Integração”. A iniciativa entregou um diagnóstico da situação arquivística da Casa, com tratamento efetivo de mais de 4 mil caixas e eliminação média de 70% desse volume; a descrição e a digitalização do acervo documental histórico do período imperial, em curso - cujo volume até agora é de 414 caixas e 2.315 itens; um conjunto de políticas para gestão de documentos; e a implantação de repositório digital confiável para guarda segura desses acervos digitais, feita em parceria com o PRODASEN.

Com relação ao plano de saúde, foi finalizado estudo atuarial que permitiu às instâncias gestoras do plano efetuar ajustes na estrutura de receitas do plano, buscando seu equilíbrio no longo prazo.

Continuamos permanentemente ajustando nossas despesas de custeio, enquadrando-nos às condições impostas pela Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016, que definiu tetos de gastos aos poderes da União.

Foi implantada no Senado Federal uma célula organizacional voltada à inovação, que busca incentivar a adoção de uma mentalidade inovadora na atuação dos colaboradores, em prol do aumento da produtividade do servidor e da melhora do clima organizacional, de modo a contribuir para os desafios impostos pela continuada redução do quadro de servidores efetivos. Já se computam iniciativas importantes, tais como uma incursão nas metodologias de engajamento laboral, em parceria com a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, e a realização de duas turmas da Jornada da Inovação, da qual participaram mais de uma centena de servidores, oriundos das áreas administrativa, legislativa e parlamentar, e onde foram formados 11 mentores para apoio às iniciativas da área.

Foi lançado em 2019 o terceiro Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) 2019 – 2021, que visa o fortalecimento da Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado Federal. Nesse novo ciclo, buscou-se alinhar as ações aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente ao ODS 12, que dispõe sobre padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Nesta área, ideias, propostas e ações ultrapassaram as fronteiras domésticas, tendo sido firmado, pela Presidência da Casa, Acordo de Cooperação Técnica que criou, em conjunto com o Tribunal de Contas da União e a Câmara dos Deputados, a Rede Legislativo Sustentável, aberta à adesão dos demais legislativos subnacionais interessados.

# GESTÃO DE CUSTOS

## CONFORMIDADE LEGAL

O Senado Federal aceitou o convite para aderir ao Sistema de Custos do Governo Federal, por meio do Ofício nº 284/2012-PRE-SID enviado em 05/06/2012 ao Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade com o art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011.

### Despesas empenhadas por Programa – 2019

Programas	Valor autorizado (R\$)	Valor empenhado (R\$)
Atuação legislativa do Senado Federal	2.365.002.939	2.265.430.755
Previdência de inativos e pensionistas da União	2.126.130.832	2.117.184.200
Reserva de Contingência	9.376.939	-
Operações especiais: gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais	1.284.806	1.136.149
<b>TOTAL</b>	<b>4.501.795.516</b>	<b>4.383.751.104</b>

A Reserva de Contingência abarcou as programações orçamentárias destinadas ao atendimento das despesas primárias e financeiras que decorreriam de provimentos de cargos efetivos (o que não ocorreu no exercício de 2019). Fonte: SIGA Brasil

# GESTÃO DE PESSOAS

## CONFORMIDADE LEGAL

### LEGISLAÇÃO APLICADA

O Senado Federal observa os termos da Lei nº 8.112/90 em seus processos administrativos referentes à Gestão de Pessoas, utilizando, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99, que regula o Processo Administrativo, entre outras legislações correlatas a matérias específicas. Internamente, o principal norte na área administrativa é a Resolução nº 13, de 2018, promulgada pelo presidente da Casa, que consolida e ratifica as alterações promovidas na estrutura do Senado Federal e apresenta o Regulamento Administrativo do Senado Federal, em seu anexo.

Além desses norteadores basilares, a alta administração da Casa edita constantemente atos relativos à gestão de pessoal – Atos do Primeiro-Secretário, Atos da Comissão Diretora, Atos da Diretoria-Geral –, que são publicados no Boletim Administrativo do Senado Federal – BASF e amplamente divulgados aos gestores e servidores, tanto via e-mail quanto em publicações na Intranet, além de configurarem como fundamentação das decisões relativas a direitos dos servidores, também publicadas em meio oficial (BASF).

### APONTAMENTOS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

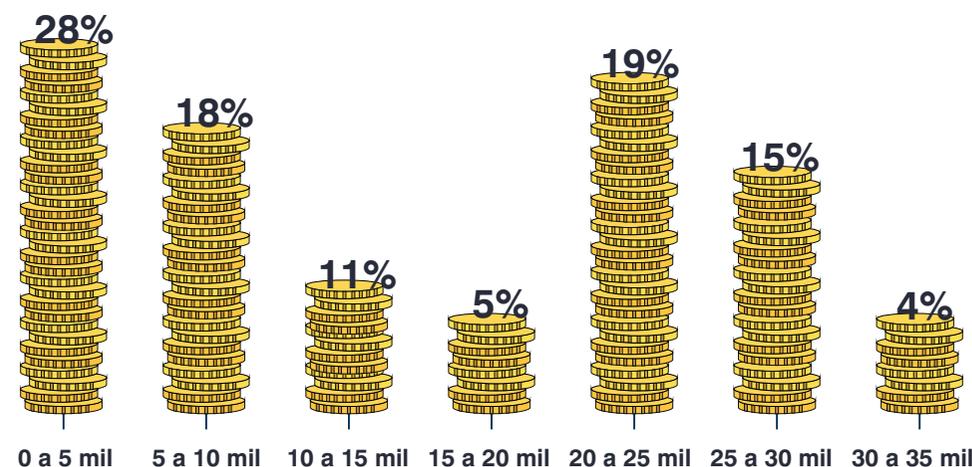
O Senado está sujeito a diligências do órgão de Auditoria Interna, que promove acompanhamento da atividade administrativa com recomendações às áreas técnicas, bem como do órgão de controle externo, o Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha indícios de irregularidades para prévia apuração e edita Acórdãos com determinações para cumprimento por esta Casa. Essas auditorias culminam no aperfeiçoamento dos processos de trabalho, com a correção das falhas apontadas e melhorias dos processos de controle.

A Secretaria de Gestão de Pessoas intensificou em 2019 o acompanhamento do módulo de indícios, ferramenta que faz parte do sistema e-Pessoal, desenvolvido pelo TCU para facilitar o encaminhamento de indícios de irregularidades às Unidades Jurisdicionadas, bem como para facilitar a prestação de esclarecimentos diretamente ao TCU pelo próprio sistema.

Quanto ao controle externo, destaca-se ainda que o Serviço de Aposentadoria de Servidores procedeu à análise de 37 diligências do TCU, que foram cumpridas em sua totalidade, além de cinco diligências atendidas pelo Serviço de Concessão de Pensões.

### DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA SALARIAL (R\$)

Considerada a remuneração bruta atrelada a cada um dos cargos, efetivos ou em comissão. As informações remuneratórias dos servidores podem ser obtidas no site do Senado Federal, na aba de “*Transparência – Gestão de Pessoas – Outras Informações*”



### DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR GÊNERO

O Senado Federal tem se destacado por suas constantes ações de reforço e promoção da igualdade de gênero e raça, o que tem mudado a cultura organizacional e o perfil funcional desta Casa, tornando o órgão um modelo para outras instituições públicas. Desde 2011 o Senado é participante do “Programa Pró-equidade de Gênero e Raça”, do Governo Federal, na busca de novas concepções na gestão de pessoas, além de possuir, desde 2015, Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

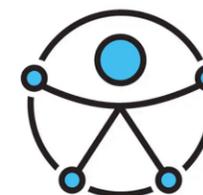


#### EFETIVOS



#### COMISSIONADOS

### SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA

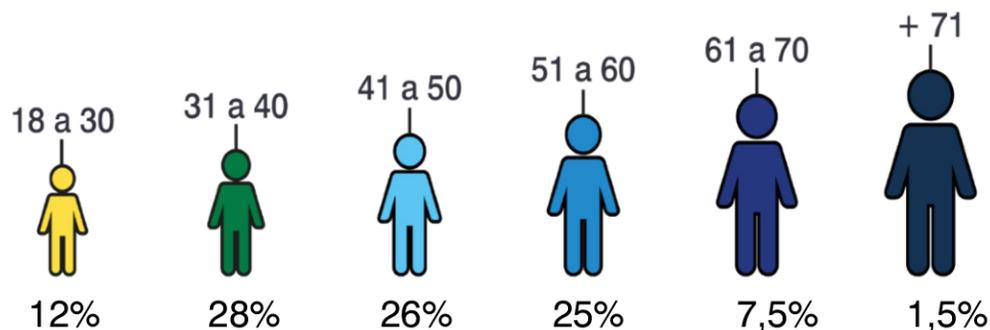


### DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR ETNIA



### DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA

O Senado Federal possui atualmente um quadro de servidores com idade avançada, haja vista que mais da metade possui entre 41 e 60 anos. Somente 12% encontram-se na faixa até 30 anos, muitos provenientes do último concurso, realizado em 2012.



### DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR UNIDADE DE EXERCÍCIO



## DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

Além dos cargos efetivos com seleção por meio de concurso público, há ainda os cargos de provimento em comissão, que se destinam ao atendimento das atividades de assessoramento técnico, vinculadas aos gabinetes parlamentares, e de outras necessidades específicas do Senado Federal e de seu Órgão Supervisionado.

### SITUAÇÃO FUNCIONAL

Efetivos	<b>33%</b>
Comissionados	<b>63%</b>
Cedidos pelo Senado	<b>1,2%</b>
Cedidos para o Senado	<b>2,8%</b>

## DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR CARREIRA

A Carreira dos Servidores do Senado Federal consiste na especialização em atividades legislativas para execução das funções de apoio técnico legislativo e administrativo, controle interno, consultoria jurídica, assessoramento legislativo, apoio técnico ao processo de indústria gráfica e em informática e processamento de dados. Compreende cinco categorias: Advogado, Consultor Legislativo, Analista Legislativo, Técnico Legislativo e Auxiliar Legislativo.

### Área FIM 74%

-----

### Área MEIO 26%

Técnico Legislativo	<b>64%</b>
Analista Legislativo	<b>27%</b>
Consultor Legislativo	<b>7%</b>
Advogado	<b>1%</b>
Auxiliar Legislativo	<b>1%</b>

## PROCESSO SELETIVO

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal e na Lei nº 8.112/90. Os últimos concursos ocorreram em 2008 e 2012. Até 31/12/2019, foram nomeados 603 servidores aprovados no certame de 2012.

A alocação dos servidores aprovados em concurso é gerenciada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, que indica a lotação do servidor com base no preenchimento de um questionário com informações sobre o aprovado, tais como: formação acadêmica, experiências profissionais anteriores, áreas de interesse de atuação. Após a realização do último concurso, o Senado Federal realizou um levantamento da necessidade de força de trabalho nas unidades, considerado no planejamento de pessoal.



## EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

Podem ser apontadas duas razões para o crescimento das despesas de pessoal do Senado Federal em 2019:

A) elevação de 16,3% do teto remuneratório constitucional, em decorrência da majoração do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) após a aprovação da Lei nº 13.752, de 26 de novembro de 2018;

B) concessão da última parcela do reajuste remuneratório aos servidores determinado pela Lei nº 13.302, de 27 de junho de 2016, cujo percentual em 2019 foi de 4,5%.



## DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

O total gasto com pessoal em 2019 foi de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, sendo que as despesas com ativos e aposentados correspondem a 89% desse total. As vantagens fixas (remunerações) representam, em média, 87% do custo direto com pessoal no Senado Federal.

### Despesas com servidores ativos – inclui senadores

R\$ **1,59 bilhões**

Vantagens fixas	Patronal	Exercício anterior
78%	14%	0,5%
Vantagens variáveis	Gratificação Natalina	Pessoal requisitado
0,5%	6%	1%

### Despesas com pensionistas

R\$ **392 milhões**

Vantagens fixas	Gratificação Natalina	Exercício anterior
92%	7,5%	0,5%

### Despesas com aposentados

R\$ **1,53 bilhões**

Vantagens fixas	Gratificação Natalina
92%	7,8%
Exercício anterior	
0,2%	

## AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

### Gratificação de desempenho

#### Lei nº 12.300/2010 – Resolução do Senado nº 69/2012

A Gratificação de Desempenho do Senado Federal (GDSF) é constituída pelo somatório de 60% do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor (parcela fixa), acrescido do valor referente a parcela avaliativa, apurada no ciclo de avaliação de desempenho imediatamente anterior, correspondendo a, no máximo 40% do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor (parte variável). A avaliação possui periodicidade semestral e se aplica a servidores efetivos e comissionados. A avaliação de desempenho referente a parcela variável encontra-se suspensa.

### Progressão funcional

#### Ato da Comissão Diretora nº 35/1991

O desempenho funcional do servidor ocupante de cargo efetivo é avaliado a cada 12 meses. Durante o estágio probatório não há progressão. Findo o período de 36 meses e aprovado o servidor, a progressão será referente a três níveis, pois o período é reconhecido para fins de interstício, ainda que sem direito a efeitos financeiros retroativos.

### Estágio probatório

#### Atos do Presidente nº 252 e 354/1993

O desempenho do servidor no cargo é avaliado a cada três meses, durante 12 trimestres consecutivos (três anos), a partir da entrada em exercício. A 11ª e a 12ª avaliações são feitas com base no cálculo da média dos pontos obtidos nos trimestres anteriores. São avaliados aspectos relativos à assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

## CARGOS GERENCIAIS OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS

No Senado Federal, a grande maioria dos cargos gerenciais são ocupados por servidores efetivos. A estrutura de funções comissionadas varia de 01 a 05. Há apenas duas funções FC-05, correspondentes aos cargos de Diretor-Geral e Secretário-Geral da Mesa. As funções FC-04 são utilizadas, em regra, para designar diretores de Secretaria e adjuntos dos FC-05. As funções FC-03 correspondem aos coordenadores de área, chefes de gabinete, assessores técnicos, entre outros. As funções FC-02 são ocupadas majoritariamente por chefes de serviço. Já as FC-01 correspondem aos assistentes técnicos.

### Cargos Gerenciais Ocupados por Efetivos:

Nível	Porcentagem
FC-05	0,12%
FC-04	1,88%
FC-03	22%
FC-02	37%
FC-01	39%

Fonte: Portal da Transparência do Senado Federal  
([http://www.senado.leg.br/transparencia/LAI/secrh/quadro\\_funcoes.pdf](http://www.senado.leg.br/transparencia/LAI/secrh/quadro_funcoes.pdf))

Em 2019, o Senado lançou 3 processos seletivos internos para escolha dos ocupantes de funções comissionadas FC-04: Secretaria de Gestão de Informação e Documentação, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Infraestrutura. A adoção de processo seletivo para escolha de diretor(a) de secretaria (FC-04) tem como objetivo abrir os horizontes da Administração para a escolha de servidores com conhecimentos, habilidades, atitudes e experiências relevantes para o desempenho das atividades da função. O processo leva em consideração a formação acadêmica e específica, experiência técnica e gerencial, bem como as intenções e planos dos candidatos para a área. Tal iniciativa promove mudanças na cultura organizacional da Casa, encorajando servidores a se candidatarem a postos de gestão e fortalecendo a prática de recrutamento e seleção para escolha dos ocupantes de funções comissionadas pela Administração.

## Compromisso com a igualdade

O Senado Federal tem se destacado por suas constantes ações de reforço e promoção da igualdade de gênero e raça, o que tem mudado a cultura organizacional e o perfil funcional desta Casa, tornando o órgão um modelo para outras instituições públicas. Desde 2011 o Senado é participante do “Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça”, do Governo Federal, na busca de novas concepções na gestão de pessoas, além de possuir, desde 2015, Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

### SERVIDORES EFETIVOS POR FUNÇÃO COMISSIONADA (FC) 2019



71,64%

Homens com FC

FC-1	71,7%
FC-2	66,20%
FC-3	74,75%
FC-4	75%
FC-5	50%

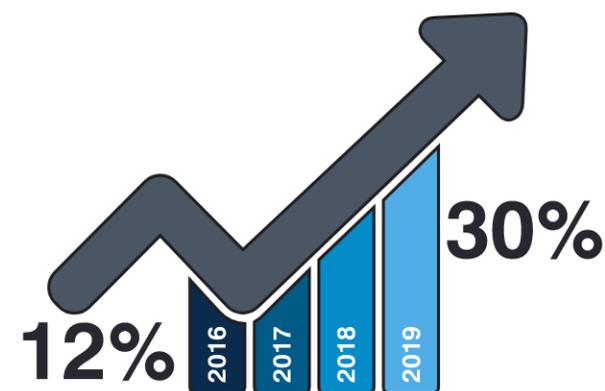


28,36%

Mulheres com FC

FC-1	28,3%
FC-2	33,80%
FC-3	25,25%
FC-4	25%
FC-5	50%

Entre 2016 e 2019, houve um aumento de 2,5 vezes na ocupação de FC por mulheres no SF.



## CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

A capacitação da força de trabalho ocorre mediante oferta externa e interna. Na externa, há recorrentes iniciativas das áreas e dos servidores, que buscam se atualizar em outras instituições nos diversos conteúdos associados às necessidades de treinamento dos servidores.

No que se refere à oferta interna, as ações são promovidas pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O ILB é a escola de governo do Senado Federal e atua no desenvolvimento de competências e na melhora da qualidade da atuação profissional de seus públicos.

Os produtos ofertados pelo ILB englobam cursos de treinamento presenciais e a distância com ou sem tutoria, cursos de pós-graduação (especialização e extensão) e grupos de pesquisa. Além disso, o Instituto gerencia o Programa Interlegis, o qual oferta uma série de produtos e serviços dirigidos às casas legislativas do País, dentre os quais se destacam as oficinas técnicas e os sistemas e tecnologias de apoio à gestão e ao processo legislativo.

### PROGRAMA DE FORMAÇÃO GERENCIAL – PFG

O Programa de Formação Gerencial busca desenvolver competências gerenciais para os servidores da Casa. Divide-se em ciclos básico, intermediário e avançado.



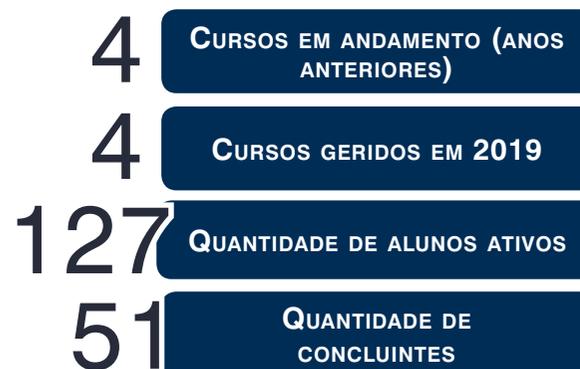
Programa de  
Formação Gerencial



## PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Além da formação gerencial, o Instituto possui um programa próprio de pós-graduação. Em 2018, a instituição foi contemplada com o recredenciamento junto ao MEC para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* presencial e credenciamento para a oferta de especializações via EAD. Em uma escala de classificação de 1 a 5, ao Instituto foi atribuída nota 4 pelo Ministério da Educação.

### Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu



Cursos de especialização em andamento no ano de 2019: Democracia, Direito Eleitoral e Poder Legislativo (360 horas-aula) e Avaliação de Políticas Públicas (406 horas-aula).

Cursos de especialização encerrados no ano de 2019: Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos (400 horas-aula) e Tecnologia da Informação Aplicada ao Poder Legislativo (376 horas-aula).

O Senado firmou parceria com a UnB para promoção de uma especialização em Gestão de Pessoas para 40 servidores. A Administração da Casa identificou a necessidade de desenvolver competências, especialmente no caso dos servidores atuantes na área de gestão de pessoas, que lhes possibilitem atuar de forma menos departamental e operacional, passando a atuar de forma mais integrada, propositiva e estratégica.

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

### Recomposição da força de trabalho

O Senado Federal vem convivendo nos últimos anos com um significativo crescimento do volume de aposentadorias, tendência que resultou em redução expressiva do quantitativo de servidores efetivos.



Estima-se que, até 31/12/2020, 299 servidores estejam em condições de aposentadoria, seja por tempo de serviço, pelo atingimento do limite de idade ou por abono de permanência.



Fonte: Galileu. Data de Referência: 31/12/2019.

Para minimizar o impacto dessa redução, está em andamento o projeto estratégico de “remodelagem e automação dos processos de recursos humanos”, com foco na melhoria e automação de processos de trabalho.

### Ações Futuras: Comunidade Interpoderes

O Senado Federal participou em 2019 de reuniões da Comunidade de Gestão de Pessoas Interpoderes. O grupo se destina a promover a cooperação técnica, científica e educacional da área. Espera-se que a intensificação do compartilhamento de boas práticas e o diálogo entre os órgãos representados permitam a adoção de soluções ainda mais eficazes e eficientes na gestão de pessoas.

### AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

O Senado Federal realizou as seguintes ações na área de saúde e qualidade de vida do servidor em 2019:

Combate ao assédio moral e sexual

**31**  
palestras

Alimentação saudável

**4**  
palestras

Reflexão para aposentadoria

**4**  
oficinas

Combate à violência contra a mulher

**8**  
oficinas

Campanha de combate ao assédio moral e sexual

**11**  
visitas a Gabinetes Parlamentares

Combate ao sedentarismo e aquisição de hábitos alimentares saudáveis

**2**  
edições

Saúde na intranet

**23**  
artigos publicados

Vacinação contra o vírus influenza

**4mil**  
doses

Campanha do Outubro Rosa

**150**  
mamografias

# GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

## CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO DE TI

A gestão de TI do Senado Federal é realizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), à qual compete prover, por meio de recursos próprios ou de terceiros, serviços, soluções, suporte e infraestrutura de tecnologia da informação, conforme as normas estabelecidas em seu regulamento interno e referenciadas pelo Governo Federal, além de padrões adotados internacionalmente no que tange à identidade visual, acessibilidade, transparência de dados, segurança da informação e governança digital (**Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016**).

## SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Senado Federal instituiu a sua Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI) por meio do **Ato da Comissão Diretora nº 9/2017 (13/06/2017)**, publicado em 16/06/2017. A próxima etapa será a criação do Núcleo de Segurança da Informação em Tecnologia da Informação – NSITI, que será parte integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Tecnologia da Informação – PRODASEN. Após a criação da estrutura, será formalizada a criação do Comitê de Segurança da Informação – CSI, que dará início à operação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação. O gerenciamento de Segurança da Informação é realizado de forma difusa pelas coordenações do PRODASEN, enquanto não é formalizado o NSITI. São exemplos: controle de acesso, política de senhas, gestão de ativos, gestão corporativa de identidades, classificação e tratamento da informação e gestão de mudanças.

## GASTOS DE TI POR NATUREZA DE DESPESAS

Dados	3,22%
Suporte	4,38%
Software	33,25%
Serviços	26,84%
Material de TIC	0,26%
Capacitação	1,23%
Infraestrutura	30,81%

\*TIC - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
Fonte: SAFIN/COPAC

## RECURSOS APLICADOS EM TI

# R\$ 27,2 milhões

Despesas (R\$)	2017	2018	2019
Investimento	10.752.455	18.033.878	4.608.339
Custeio	20.056.352	4.248.780	22.620.728
<b>TOTAL</b>	<b>30.808.807</b>	<b>22.282.658</b>	<b>27.229.068</b>

## CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM RECURSOS DE TI EM 2019

Contrato	Fornecedor	Objeto	Valor contratado em R\$
2019/0034	ONE LÍNEA TELECOM LTDA	Fornecimento de Solução de Expansão e Atualização de Rede Sem Fio para o SENADO FEDERAL durante o período de 48 meses consecutivos.	5.250,43
2018/0125	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA.	Fornecimento de licenças de uso por tempo indeterminado e subscrição de <b>Software Microsoft</b> , para equipamentos servidores e suas respectivas licenças de acesso de clientes.	1.681,98
2019/800927	3D PROJETOS E ASSESSORIA EM IMFORMÁTICA LTDA.	Aquisição de 27 equipamentos do tipo notebooks e 27 equipamentos do tipo tablets, para o Projeto Jovem Senador 2019, novos com garantia de funcionamento por 12 meses.	89.647,00
2019/800072	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME	Aquisição de 18 webcams de alta definição para uso em postos de votação com <b>softwares</b> de rastreamento de movimento de cabeça para acessibilidade das atividades parlamentares.	5.293,00
2019/800805	GREEN COMERCIAL E SERVICOS EIRELI (GREEN GESTAO EMPRESARIAL)	Solução completa de coleta e digitalização de assinatura composta de PLATAFORMA DIGITALIZADORA PARA CAPTURA DE ASSINATURAS e de <b>SOFTWARE INCLUSO</b> : Aplicativos e utilitários para funcionamento do hardware; Plug-Ins para MS Word, Excel e Adobe Acrobat; Validadores; e SKD para desenvolvimento com exemplos de códigos-fonte.	11.800,00
29/2020	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para atuar nos ativos de Tecnologia da Informação – TI do Senado Federal. Observação: DOD elaborado em substituição ao original feito anteriormente ao sistema DOD Eletrônico.	4.274.683,20

Fontes: Prodasen

## PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

### PROCESSOS FINALÍSTICOS: ÁREA LEGISLATIVA

O Processo Legislativo e a Atividade Parlamentar foram modernizados e automatizados com soluções de *software* integradas, aderentes aos processos de trabalho e aos novos paradigmas tecnológicos como a inteligência artificial (IA), automação de processos, indexação, racionalização de processos, relatoria eletrônica de requerimentos, processo eletrônico, votação eletrônica, assinatura eletrônica, reconhecimento facial, integração com a Câmara dos Deputados e automação da produção dos Diários do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Legis: Encerramento do Mate – Processo Estruturado	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Substituição do sistema legado Mate por sistemas Legis atualizados tecnologicamente</li> <li>. Automação e integração de processos de trabalho de leitura, numeração, despacho, relatoria e publicação de documentos legislativos</li> </ul>
Novo Parlam	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Substituição parcial do sistema legado Parlam (Oracle Forms) por sistema atualizado tecnologicamente</li> <li>. Racionalização de processos de trabalho com automação promovida com integração entre informações presentes em requerimentos produzidos pelo LexEdit</li> </ul>
Harmonização de identificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integração de numeração única de matérias legislativas bicamerais com a Câmara dos Deputados</li> </ul>
SVE – Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Melhorias de acessibilidade dos sistemas de presença e votação eletrônica das comissões, especialmente para uso pela Senadora Mara <b>Gabril</b></li> </ul>
App Plenário	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Aplicativo móvel com foco em assessores parlamentares para acompanhamento de evento das sessões plenárias e oradores</li> </ul>
IA: Reconhecimento Facial	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Funcionalidade de reconhecimento facial nos sistemas de votação eletrônica das comissões</li> </ul>
IA: Assunto de proposição	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Funcionalidade de identificação automática de assuntos de proposições, com equivalente otimização e racionalização de processos de trabalho</li> </ul>

Fontes: Prodasen

### PROCESSOS DE APOIO: ÁREA ADMINISTRATIVA

A tendência da Administração Pública Federal de redução do quadro do pessoal impõe o desafio de fazer cada vez mais com menos pessoas. A Tecnologia da Informação Senado Federal exerceu no último ano um papel de agente fundamental de modernização e automação de processos, desenvolvendo tecnologia própria de workflow e proporcionando agilidade, eficiência e produtividade na admissão e posse dos novos senadores e servidores. Isso permitiu a excelência da gestão de cargos comissionados. São vários processos automatizados na área de gestão de pessoas, infraestrutura, processo eletrônico, contratações e biblioteca.

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Consolidação dos sistemas de Admissão e Posse de Comissionados	Otimização do sistema GCC (Gestão de Cargos Comissionados)
Automação da SINFRA (Serviço de Alteração de Espaço Físico)	Criação do DW (armazenamento de dados consolidados)
Nova versão da BDSF - Biblioteca Digital do Senado Federal	Melhorias no sistema para otimização e agilização de buscas
Migração da primeira parte do ERGON Online para a Central de Serviços	Economia de R\$ 258.000,00 em licenças do Java.

### PROCESSOS DE APOIO: INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL

A inteligência aplicada às informações institucionais é a força impulsionadora da boa governança, da tomada de decisão e da cidadania por meio da transparência e da análise de dados. A Tecnologia da Informação Senado Federal possui uma equipe de ponta desenvolvendo portais e disponibilizando informações para o público interno e externo, permitindo que o Senado Federal seja um dos órgãos da Administração Pública Federal mais bem avaliados em relação à transparência.

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Painel de Violência Contra as Mulheres	Criação do DW (armazenamento de dados consolidados)
Nova busca na Intranet – Portal	Agilidade na busca do Portal
Nova versão do Painel de Contratações	Criação do DW (armazenamento de dados consolidados)

### PROCESSOS DE APOIO: INFRAESTRUTURA E ARQUITETURA DE TI

**Todo o avanço da Tecnologia da Informação do Senado Federal não seria possível sem uma infraestrutura robusta e uma arquitetura de software moderna, processos bem definidos e ferramentas de apoio adequadas.**

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Definição, instalação e documentação de todo o processo e ferramentas para suportar a containerização das aplicações Java na plataforma Docker	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Criação das imagens base, painéis de monitoramento, guias de migração e suporte;</li> <li>. Possibilita a migração das aplicações para a plataforma de containers de forma mais direta e com menor esforço.</li> </ul>
Evolução e adequação das ferramentas e processos da solução de Gestão de Identidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Atender novas demandas de negócio, como a entrada em massa de novos senadores e servidores em janeiro/2019;</li> <li>. Prover maior segurança nos acessos a sistemas realizados pelos usuários.</li> </ul>
Hospedagem de aplicações em plataforma de containers	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Nova arquitetura de hospedagem que permite maior eficiência na utilização de recursos e flexibilidade quanto às tecnologias passíveis de serem hospedadas;</li> <li>. Facilita a integração com infraestruturas de Tecnologia da Informação em nuvem pública.</li> </ul>
Criação de Zona Desmilitarizada na infraestrutura de rede	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Ganho geral em termos de segurança da informação;</li> <li>. A separação da rede permite conferir uma proteção maior àqueles equipamentos que não atendem a conexões externas.</li> </ul>
Economia de Energia em Estações de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Implantada nova política de economia de energia nas estações de trabalho do Senado Federal. As reduções de consumo com os computadores foram estimadas em 30%.</li> </ul>
Disponibilização de ambiente de nuvem privada	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Em agosto de 2019 foi implantada e disponibilizada para testes a solução de infraestrutura de nuvem privada vCloud;</li> <li>. A solução permite um “self-service” de soluções de infraestrutura por parte das equipes de hospedagem de aplicações;</li> <li>. Passo importante no caminho para uma infraestrutura de nuvem híbrida (em que recursos podem ser hospedados de forma transparente tanto localmente quanto em nuvens públicas).</li> </ul>
Ampliação e aprimoramento da rede sem fio	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Contratação e instalação de novos Access Points, controladores e realização de treinamentos;</li> <li>. Cobertura completa no campus do Senado Federal.</li> </ul>

## **PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS**

A Tecnologia da Informação no Senado Federal é executada pela Secretaria de Tecnologia da Informação – Prodasen. Com uma gestão moderna focada em promover a transformação institucional, tem como futuros desafios melhorar ainda mais o Processo Eletrônico Legislativo, investir na Inteligência Artificial, aplicativos móveis, computação em nuvem, cadastro único do cidadão, self-service BI e preservação digital. A TI vislumbra novas perspectivas de gestão e organização, como a revisão dos processos, implementação de uma gestão por indicadores, melhoria da comunicação, capacitação, planos de gestão e outras iniciativas.

# SUSTENTABILIDADE A M B I E N T A L

## CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O Senado Federal instituiu Grupo de Trabalho com representação de diversos setores para criar sistemática de padronização dos bens e serviços nos processos internos de contratação, com vistas a inserir critérios de sustentabilidade, onde couber, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993. Compete à Diretoria-Geral avaliar as propostas de padronização consolidadas pelo Grupo de Trabalho e determinar, se conveniente e oportuno, sua adoção nos processos de aquisição do Senado Federal. Os itens aprovados por meio do Ato da Diretoria-Geral nº 11, de 2018, são: equipamentos de TI, chapas gráficas digitais térmicas, tintas gráficas, mobiliário funcional, equipamentos *split*, lâmpadas fluorescentes e eletrodomésticos. No ano de 2019, essa boa prática do Senado Federal foi selecionada pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Programa Boas Práticas A3P.

## PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Construído de forma colaborativa com a participação da Comissão Gestora (CG) e sugestões dos servidores, o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) 2019–2021 compõe o terceiro ciclo de ações que visa o fortalecimento da Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado Federal. Esta versão apresenta consonância com a Carta de Compromisso e Objetivos Estratégicos e propõe alinhamento institucional com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, especialmente o ODS 12, que dispõe sobre padrões de produção e de consumo sustentáveis. Essa relação é essencialmente importante para garantir o exemplo do Poder Legislativo no incentivo às práticas capazes de contribuir com um desafio que se estabelece não somente em nível local, mas também numa escala global.

As edições que antecederam o PGLS 2019 – 2021 (os Planos de 2015 – 2016 e 2017 – 2018) impulsionaram a concretização de diversas ações, tais como: a elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; a criação do extrato mensal de impressões; a elaboração de estudos para viabilidade de sistemas de iluminação; o desligamento automático dos aparelhos de ar condicionado; a redução do consumo de água e energia na Casa; e a capacitação de servidores. O PGLS atual foi organizado em oito eixos temáticos, com 27 ações e 28 unidades envolvidas que irão contribuir para a promoção das mudanças necessárias a uma gestão mais eficiente e comprometida com as questões ambientais e sociais.

A experiência adquirida em versões anteriores garante o delineamento de metas mais ousadas, especialmente nas ações descritas no Eixo Temático Consumo Consciente, que estabelece uma redução em torno de 20% do número de itens de material de consumo adquiridos pelo Senado Federal. Além disso, as ações de Educação Ambiental ganharam um eixo próprio identificado com o mesmo nome e que tem por objetivo contribuir com a internalização dos valores de sustentabilidade na organização. A continuidade das ações articuladas no PGLS evidencia o compromisso do Senado em estabelecer iniciativas estratégicas que contribuem para construção de uma gestão pública mais sustentável.

## EIXOS TEMÁTICOS PGLS 2019–2021

CONSUMO CONSCIENTE

ENERGIA ELÉTRICA

ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL

GESTÃO DE RESÍDUOS

QUALIDADE DE VIDA

COMPRAS E CONTRATAÇÕES

DESLOCAMENTO DE PESSOAL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### Relatório do Plano de Gestão de Logística Sustentável

O Relatório do PGLS 2017-2018, publicado em 2019, apresenta os ganhos obtidos a partir da implantação do PGLS, tais como a redução do consumo de copos descartáveis de plástico e a aquisição, em menor escala, de copos biodegradáveis, a diminuição do consumo de energia e de água, a diminuição da quantidade de impressoras distribuídas no Senado, a implantação do extrato de impressão (Impressômetro), entre outras iniciativas que enfatizam o comprometimento do Senado com valores de respeito ao meio ambiente e compromissos de redução de gastos públicos.

## SUSTENTABILIDADE – NOVAS AÇÕES



Quatro iniciativas inscritas na seleção Inscrição “Boas Práticas na Agenda A3P”, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU) foram selecionadas com divulgação no site do MMA. Disponível em: <https://a3p.eco.br/>



Demarcação de duas vagas destinadas para carregamento de carros elétricos, com instalação de tomadas para uso dos servidores, para incentivar o uso de veículos elétricos, menos poluentes.



Construção de 2 novos bicicletários, aumentando para seis o número de bicicletários na Casa.



Lançamento da Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo, com a assinatura do Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica formalizado entre Tribunal de Contas da União, Senado Federal e Câmara dos Deputados. Como produtos da Rede, foi publicado o site da Rede, um curso EAD sobre Plano de Logística Sustentável e a publicação digital “Projeto de Edifícios Públicos Sustentáveis”.



Novas parcerias firmadas: Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Senado Federal e o Jardim Botânico de Brasília; Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Senado Federal e a ONG Programando o Futuro, para destino de resíduos eletroeletrônicos; e parceria firmada entre o Senado Federal e a Procuradoria da República do Distrito Federal, visando o compartilhamento de tecnologia para implementação de projetos paisagísticos.



Elaboração do Relatório do Plano de Gestão de Logística Sustentável (2017-2018) e do Plano de Gestão de Logística Sustentável (2019-2021).

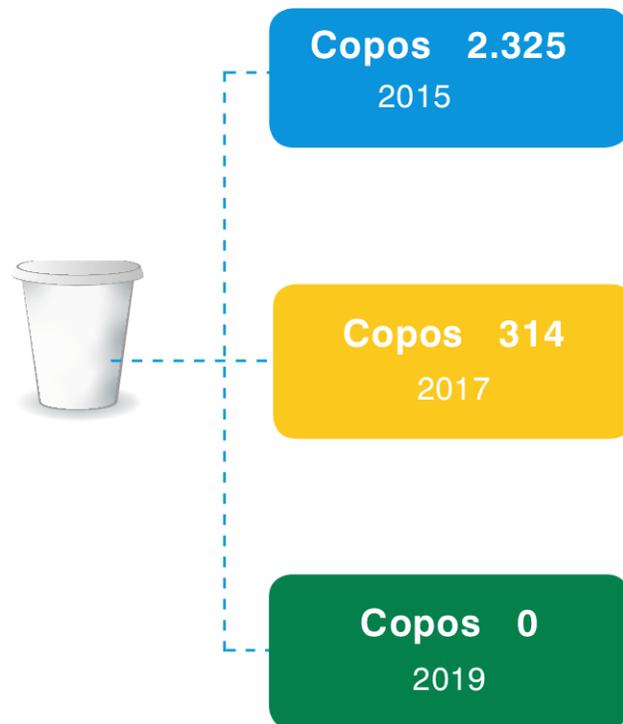


Lançamento da publicação “Iniciativas Sustentáveis para a Administração Pública – ISAP”, cartilha com 355 ações de sustentabilidade instituídas nos Planos de Logística Sustentável de 18 órgãos da Administração Pública.

## SUSTENTABILIDADE EM NÚMEROS

### MÉDIA DE CONSUMO ANUAL DE COPOS DESCARTÁVEIS

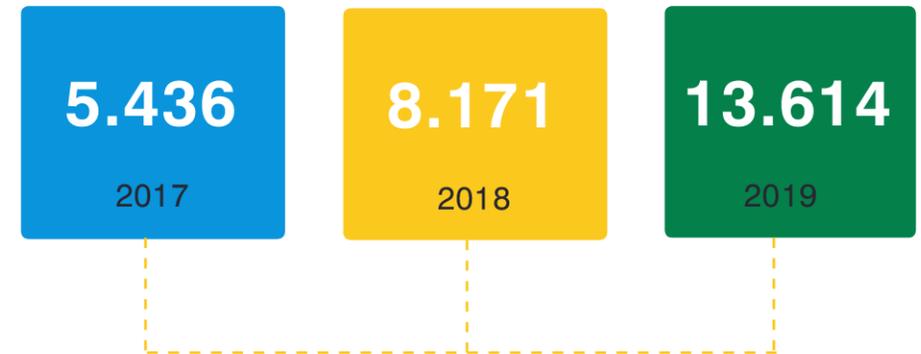
Em torno de 200mil copos descartáveis deixaram de ser consumidos no Senado Federal entre 2015 e 2019. A meta que previa a substituição total dos copos descartáveis de plástico por biodegradáveis foi alcançada em 2019.



Quantidade de copos plásticos - pacotes com 100 unidades

### COLETA DA BORRA DE CAFÉ

A borra de café oriunda das copas do Senado Federal é destinada ao Viveiro. Em uma logística reversa, a borra é misturada aos resíduos orgânicos no processo de compostagem e utilizada na produção de adubo.



Quantidade de borra de café destinada à compostagem por ano (kg)



## GESTÃO DE RESÍDUOS

### ORGÂNICOS DE RESTAURANTE

O material orgânico é recolhido diariamente no Espaço do Servidor e destinado ao Viveiro do Senado para ser usado como composto orgânico no plantio de mudas.

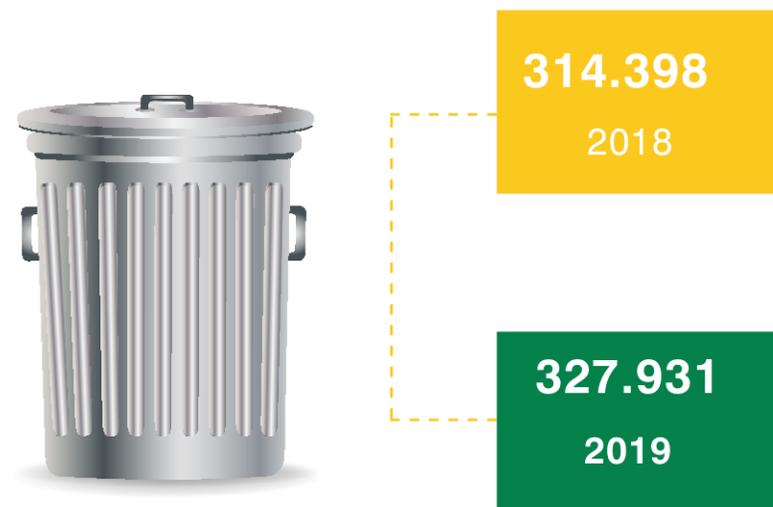


Quantidade de material orgânico produzida por ano (kg)



### RESÍDUOS NÃO RECICLÁVEIS

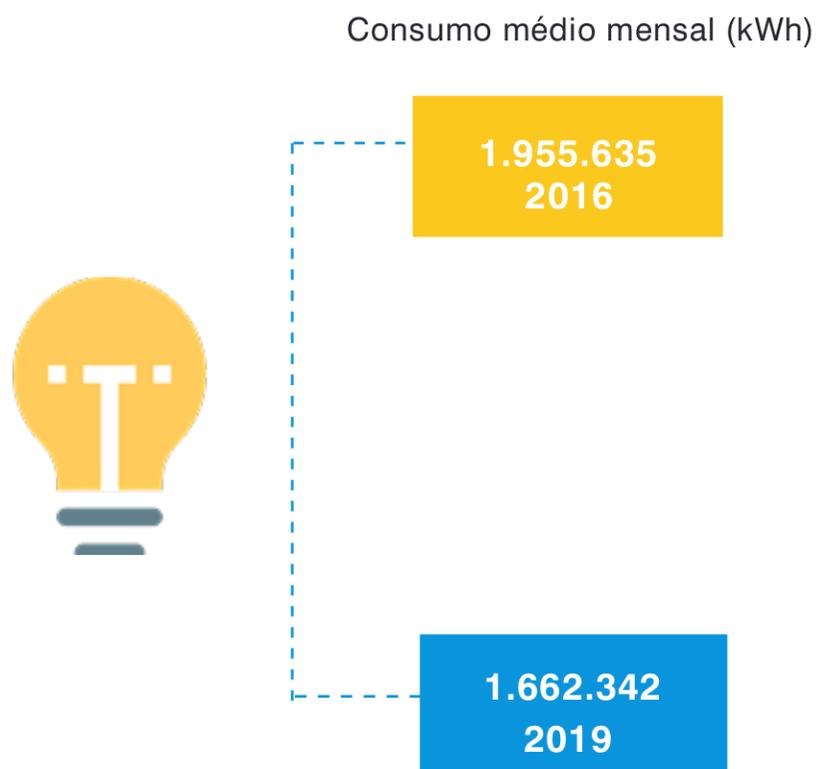
O aproveitamento de borra de café e orgânicos dos restaurantes gera uma economia mensal referente ao pagamento de mil quilos mensais de resíduo, além de evitar a compra de adubos químicos para a produção de plantas ornamentais utilizadas nos jardins da Casa, bem como na manutenção das áreas verdes.



Quantidade de resíduos não recicláveis por ano (kg)

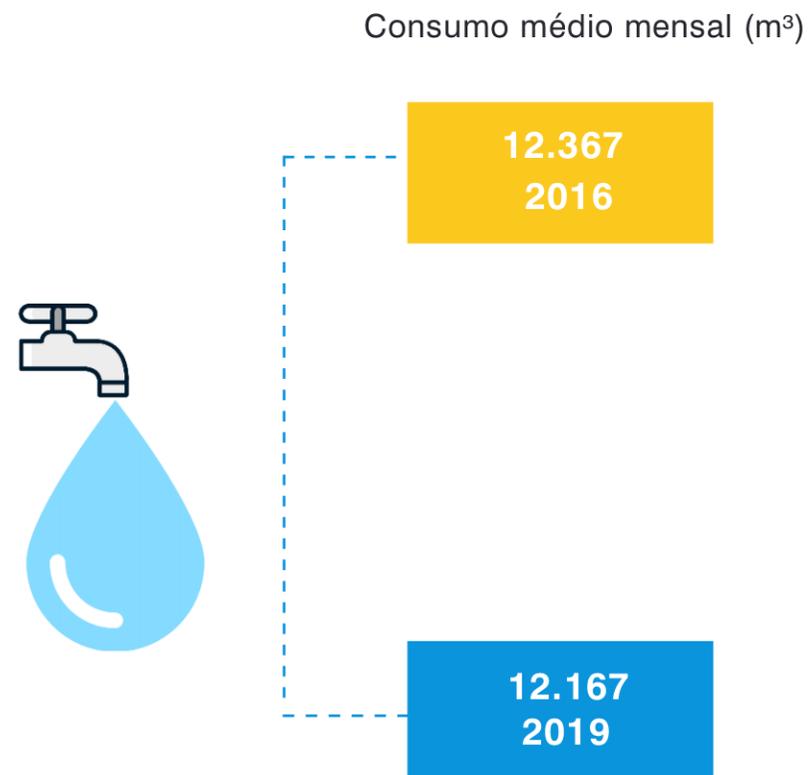
## CONSUMO DE ENERGIA

Redução em torno de 15% do consumo de energia elétrica entre 2016 e 2019 em função, dentre outras ações, do desligamento automático dos aparelhos de ar condicionado.



## CONSUMO DE ÁGUA

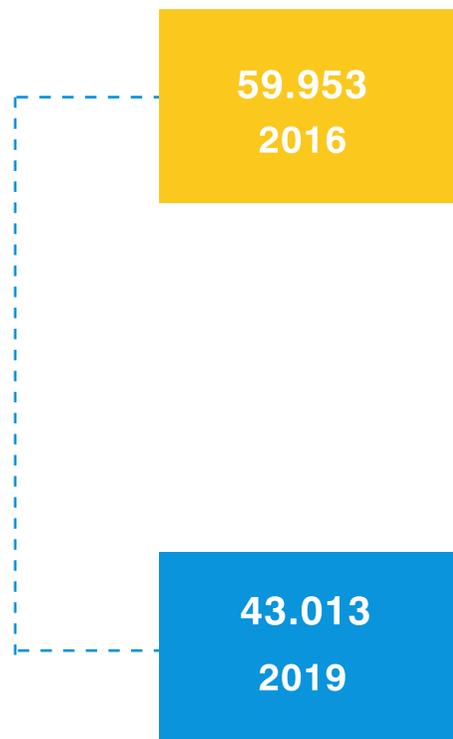
O Senado atingiu uma média de consumo de 10.895 m<sup>3</sup> nos últimos quatro anos devido à instalação de redutores de pressão na saída dos reservatórios e às medidas de redução do consumo efetivadas em 2018 devido à crise hídrica no DF.



## CONSUMO DE PAPEL A4

Redução do consumo de papel em torno de 39% entre 2016 e 2019 devido, dentre outros motivos, à introdução do controle de impressão por meio do **outsourcing** e à instalação do extrato de impressão por usuário (impressômetro).

Consumo médio mensal (kg)



## RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE



**53.781**

novos seguidores em 2019

**3<sup>a</sup>**

no Brasil entre  
páginas governamentais

**24<sup>a</sup>**

no mundo entre  
páginas governamentais

**5,7 milhões**

curtidas na página

**546 mil**

média de pessoas  
alcançadas por dia

**199 milhões**

alcance acumulado no ano

**1,8 milhões**

de comentários no ano



**136**

stories publicados

**2<sup>o</sup>**

maior perfil governamental

**642 mil**

seguidores

**1.267**

posts publicados

**623 mil**

novos seguidores em 2019

**2,2 milhões**

vezes que os posts foram salvos

**13 milhões**

curtidas nos posts

**435 mil**

comentários



**840 mil**

seguidores

**159 mil**

novos seguidores em 2019

**116,5 milhões**

impressões no ano

**1,1 milhões**

menções diretas do perfil

**7.058**

tweets publicados

Em 2019, o Senado Federal manteve-se como uma das mais importantes páginas de governo nas redes sociais. O ano foi marcado pelo intenso crescimento do Instagram, plataforma que já está substituindo o Facebook em importância. O perfil do Senado no Instagram foi o que mais cresceu em 2019 entre os perfis de governo. Foram mais de 620 mil novos seguidores no ano, o que representa um salto de 640 mil para 1,26 milhão de seguidores (crescimento de 96,5%).

No **Facebook**, houve um aumento de 53,8 mil seguidores em 2019. No dia 31 de dezembro, havia 3.285.650 pessoas seguindo a página do Senado Federal, o que a coloca como a terceira maior do País entre as páginas de governo e a 24ª do mundo.

No **Twitter**, rede que tem caráter mais jornalístico do que o **Facebook** e o **Instagram**, o crescimento também foi grande. O ano começou com 680 mil seguidores e, ao final de dezembro, já eram 840 mil – aumento de 160 mil seguidores (23,4%).

Em 2019, dois novos canais foram abertos: o **LinkedIn** (em fevereiro) e o **WhatsApp** (em novembro). No **LinkedIn** são quase 19 mil seguidores da página do Senado e no **WhatsApp** são quase 18 mil assinantes do serviço de envio de mensagens.

## Serviço de Informação ao Cidadão

..... **1.077** ..... **88**

pedidos de informação baseados na Lei de Acesso à Informação (LAI)      média mensal

Prazo de resposta:

**38%**    **17%**    **35%**    **6%**    **4%**

até 1 dia    de 2 a 5 dias    de 6 a 20 dias    mais de 20 dias    em tratamento

## eCidadania

**1.582** comentários

..... **184** ..... sugestões legislativas

## Conecte

É um sistema integrado de gerenciamento de informações, implantado em 16 de agosto de 2018, disponibilizado em plataforma web e com recursos que tornaram mais eficiente o tratamento das manifestações dos cidadãos.

  
**rádiosenado****254**

edições da Voz do Brasil

**7**

premiações nacionais

**353**

entrevistas

  
**radioagênciasenado**

mais de

**2.893**

rádios conveniadas

mais de

**52.977**

downloads

  
**tv senado**

Plenário e Comissões

**1.310**

transmissões ao vivo

Programas de TV

**927**

veiculações de programas produzidos na TV Senado

  
**agênciasenado****12.337**

publicações

mais de

**40 milhões**

acessos ao Portal de Notícias

  
**jornal do senado****209**

edições do Jornal Senado

**129.743**

fotografias das atividades legislativas e institucionais do Senado

## DATASENADO

O Instituto DataSenado foi criado em 2005 para acompanhar a opinião pública sobre o Senado Federal, sobre a atuação parlamentar e sobre temas em discussão no Congresso Nacional. Os dados levantados pelo DataSenado têm auxiliado parlamentares em suas decisões e contribuído para uma melhor compreensão sobre como pensa a população brasileira. No período de 2017 a 2019, o DataSenado ouviu 97.515 cidadãos por meio de pesquisas de opinião e enquetes. Em relação às enquetes, foram feitas um total de 36 entre 2017 e 2019. Elas são feitas mensalmente e têm o objetivo de estimular o debate na sociedade de temas em pauta no Congresso Nacional.

Outra atividade que faz parte da rotina do DataSenado é a realização de pesquisas internas para auxiliar a Administração do Senado. Entre 2017 e 2019, foram feitas 30 pesquisas demandadas por órgãos do Senado Federal.

Principais pesquisas/enquetes realizadas pelo Datasenado.

### 2017

Tema	Nº de respondentes
Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	1.116
Reforma Política	1.204
Portal do Senado	1.479
Reforma da Lei de Execuções Penais	1.310
CPI da Previdência	1.765

**2018**

Tema	Nº de respondentes
O Senado e a Ordem Democrática	2.400
Pesquisa de Clima Organizacional do Senado	1.737
Extinção de horário do verão	12.970
Proibição de plásticos	6.366
Exame de proficiência para médicos	1.578

**2019**

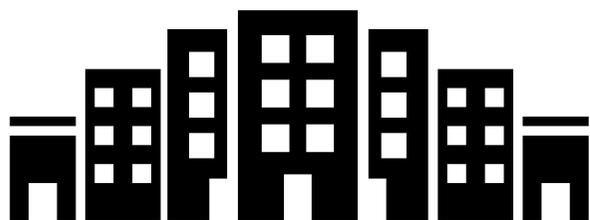
Tema	Nº de respondentes
Meio Ambiente e Projeto de Lei Anticrime	1.161
PEC primeiro emprego, bebidas em estádios, educação domiciliar e caixa 2 em campanhas eleitorais	2.344
Cannabis Medicinal e Segurança Pública	2.400
Pesquisa para uma Política Nacional do Cuidado	2.400
O Cidadão e o Senado Federal: opiniões sobre economia, democracia e polarização política	5.001

# GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

## CONFORMIDADE LEGAL

A gestão patrimonial, inclusive a administração dos imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade do Senado Federal, encontra-se disciplinada por meio das seguintes normas e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

- *Constituição Federal de 1988, artigo 70*
- *Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964*
- *Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018*
- *Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2015 (09/07/2015)*
- *Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2014 (29/12/2014)*



Em 2019, o Senado Federal investiu R\$ 34,1 milhões em equipamentos, material permanente, serviços de tecnologia da informação e comunicação, obras e instalações e outros serviços terceirizados, sendo que R\$ 16,5 milhões desse total foram desembolsados como restos a pagar de anos anteriores.

A maior parte dos investimentos concentrou-se na aquisição de novos equipamentos de informática, como microcomputadores e impressoras, devido à automação de vários processos de trabalho, atendendo a um dos objetivos estratégicos traçados pela alta administração: “melhorar de maneira contínua os processos de trabalho”. Outro grande investimento foi feito em materiais permanentes como mesas e estações de trabalho para várias unidades do Senado, atendendo assim a outro objetivo estratégico: “valorizar as pessoas”, que teve como foco a melhoria do ambiente de trabalho e a atenção ao bem-estar humano.

### DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR NATUREZA DE DESPESAS



## DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Em 2019 o Senado Federal instruiu apenas um processo de desfazimento de bens na modalidade leilão:

Leilão nº 01/2019 – realizado em 31/07/2019  
Arrecadação total: R\$ 673.540,00  
Bens Móveis: R\$ 659.240,00  
Veículo: R\$ 14.300,00

Em 2019 o Senado Federal não concluiu nenhum processo de doação.

### LOCAÇÕES DE VEÍCULOS

O Senado possui contrato anual no valor de R\$ 3.206.390 para a prestação de serviços de locação de veículos automotores (sem motorista), incluindo manutenção preventiva e corretiva dos veículos, fornecimento de combustível, lavagem automotiva, seguros, impostos e taxas, visando o atendimento ao Presidente da Casa e sua segurança pessoal, Senadores, Diretoria Geral e Secretaria-Geral da Mesa, em deslocamentos no Distrito Federal, durante o período de 30 meses consecutivos.

### LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS

O Senado possui empilhadeiras locadas para suporte operacional às atividades da gráfica com o custo anual de R\$ 125.800.

## RECEITA ADQUIRIDA PELA CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E GASTO COM LOCAÇÃO

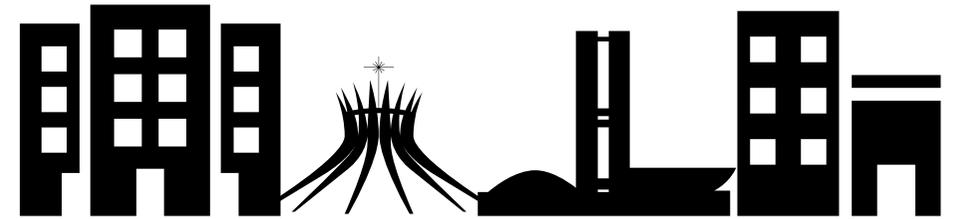
Em 2019 o Senado Federal contava com 26 utentes (usuários) compreendendo bancos, empresas de telefonia, correios, assessorias parlamentares e partidos políticos. Esses ocupantes de áreas públicas ressarcem o Senado Federal anualmente o valor de R\$ 2.165.087 pelos gastos realizados em limpeza e conservação, telefonia, água e energia elétrica em um sistema baseado na metragem ocupada. Os valores recebidos são depositados em um fundo especial do Senado Federal no Tesouro Nacional e são usados para gastos gerais da Casa.

O Senado aluga da concessionária Inframérica, do aeroporto de Brasília, uma sala para trânsito de parlamentares no terminal aeroportuário no valor de R\$ 202.000 anuais.

Tipo	Bancos	Telefonia	Partidos Políticos	Órgãos Públicos	Prestadores de Serviços	Total
Valor (R\$)	811.184	484.916	466.665	169.907	232.415	2.165.087
Valor (%)	38	22	21	8	11	100

## GUARDA E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS

O Senado Federal administra 103 imóveis da União num total de R\$ 474 milhões, compreendendo terrenos, salas, apartamentos funcionais, residências oficiais e edifícios que compõem o complexo arquitetônico do Senado Federal. Esses imóveis têm seu valor reavaliado a cada dois anos de acordo com normas da SPU e servem ao Senado principalmente no atendimento a parlamentares e às demandas internas de funcionamento da Casa.



Tipo	Quantidade	Valor (R\$)	%
Apartamento	74	72.061.618	15,19
Casa	1	3.640.650	0,77
Edificação	15	346.225.264	73,00
Prédio	1	44.841.860	9,45
Sala	4	466.489	0,10
Terreno	8	7.072.221	1,49
<b>TOTAL</b>	<b>103</b>	<b>474.308.102</b>	<b>100%</b>

## CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

Os contratos abaixo garantiram a aplicação do item IX – Manutenção, segurança e conservação da estrutura física do Senado (sem expansão), listado no Ato da Comissão Diretora nº 2 - Diretrizes Estratégicas. Caso tais investimentos não fossem realizados, as atividades legislativas poderiam ser impactadas de alguma forma ou mesmo interrompidas. Assim, considera-se que os benefícios atingidos com os investimentos efetuados foram maiores que os custos pagos para obtê-los.

- ARP 007/2019 – Serviços de engenharia em áreas parlamentares – Valor gasto: R\$ 942.191,49.
- CT 009/2016 – Substituição, assistência técnica e manutenção de elevadores – Valor gasto: R\$ 3.004.690,07
- ARP 119/2019 Aquisição de equipamentos destinados à Marcenaria do Senado – Valor gasto: R\$ 108.094,48

## **PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS**

Contratação de empresa para execução de vestiário para ciclistas;

Contratação de empresa para reforma do Centro de Treinamento da Polícia do Senado;

Contratação de empresa para elaboração de projetos de combate a incêndio e acessibilidade;

Contratação de empresa para modernização dos elevadores da SQS 309;

Aquisição de novos geradores de energia elétrica de emergência.

## DECLARAÇÃO DO DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES, WANDERLEY RABELO DA SILVA



Em 2019, os Senadores da república passaram a realizar sua atividade legislativa com mais mobilidade e celeridade em prol dos interesses da população. Tal feito foi possível por meio do trabalho de qualidade de muitos servidores e servidoras do Senado Federal, como, por exemplo, na contratação de empresa especializada para expandir a rede sem fio desta Casa Legislativa.

O processo de aquisições e contratos do Senado Federal envolve muitos servidores e setores. Trata-se de um processo complexo, cuja eficiência é primordial para garantir a economia de recursos e a efetividade das atividades finalísticas da Casa.

O exemplo da expansão da rede sem fio é apenas uma das 169 contratações exitosas de 2019. Ainda sobre as contratações de 2019, é importante destacar que não houve nenhuma contratação emergencial e que economizamos cerca de 31 milhões de reais em nossas licitações.

Ao analisar os dados deste relatório, considero 2019 como um ano de avanços na qualidade de nosso planejamento e de mais eficiência no processo completo de uma contratação. Mas, apesar do otimismo com os resultados de 2019, seguimos, em 2020, aprimorando as etapas dos processos e buscando reduzir o seu tempo médio.

No início desta declaração, citei os muitos servidores e servidoras que fazem parte do processo de aquisições e contratações. Encerro, então, agradecendo a todos estes que prestam esta importante parcela do serviço público que é prover uma estrutura para que o trabalho legislativo aconteça, garantindo o melhor uso possível dos recursos públicos.

# GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



\* Alguns valores contratados só serão totalmente executados nos próximos exercícios financeiros.

## PROGRAMA DE SISTEMATIZAÇÃO DE CONTRATAÇÕES

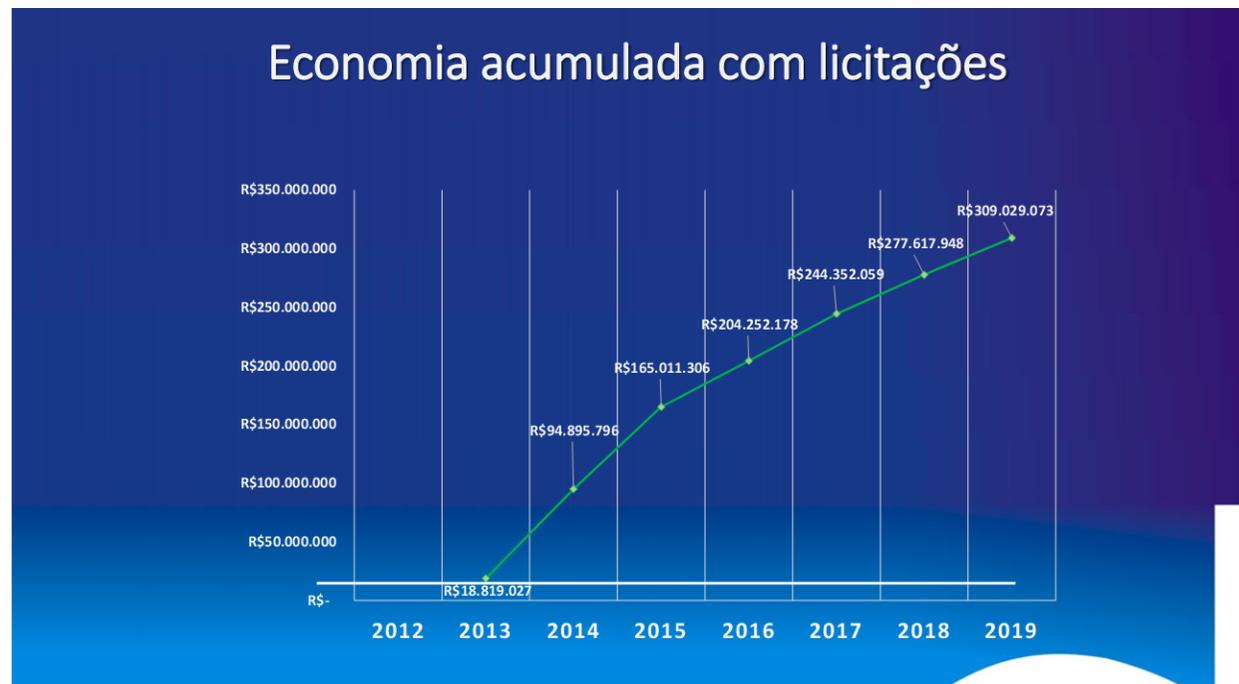
A transformação iniciada em 2013 envolveu itens como o reordenamento de atribuições da Diretoria-Geral da Casa, que ganhou mais autonomia; ações em tecnologia da informação para estabelecer um fluxo confiável e aumentar o controle sobre cada etapa do processo; e capacitação para fazer frente às demandas gerenciais, entre outras medidas que buscavam eficiência, transparência e controle sobre as

compras e contratações.

Esse processo gerou o Programa de Sistematização de Contratações, responsável por uma mais significativa economia de recursos gerada pelo Senado. O Programa aperfeiçoou pesquisas de preços, unificou e racionalizou processos, além de sistematizar o fluxo entre setores. Como resultado, o Senado economizou, entre 2013 e 2019, cerca de

R\$ 309 milhões – diferença entre o valor estimado das licitações e o valor final contratado. Só no ano passado a economia chegou a R\$ 31 milhões.

O gráfico abaixo mostra os resultados alcançados por essa grande revolução no sistema de compras e contratações do Senado no período.



**104**  
contratações  
diretas

**R\$ 6,8**  
milhões

DISPENSAS DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES (R\$)
Remanescentes - 24, XI	1	17.450
Baixo valor - 24, II	22	126.097
Sem fins lucrativos - 24, XIII	1	4.320.960
Emergenciais - 24, IV	0	-
Licitação frustrada - 24, VII	1	53.000
<b>TOTAIS</b>	<b>25</b>	<b>4.517.507</b>

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES (R\$)
Art. 25, caput	2	477.850
Art. 25, i	29	1.217.044
Art. 25, ii	48	622.159
<b>TOTAIS</b>	<b>79</b>	<b>2.317.053</b>

Jovem  
Aprendiz

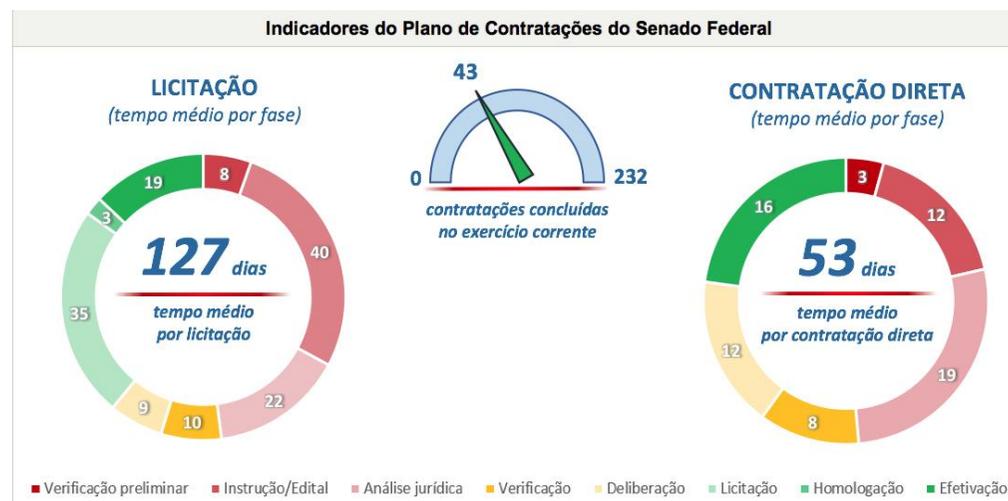


Ressalta-se que, em 2019, não houve nenhuma contratação emergencial, o que evidencia adequado dimensionamento e tempestividade nas contratações do Senado Federal.

Destaca-se, entre as demais contratações diretas, o Contrato nº 079/2019, celebrado com a INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO – CENTRO SALESIANO DO MENOR (ISJB-CESAM), para a promoção do desenvolvimento técnico-profissional de adolescentes, em atenção ao Programa Menor Aprendiz, no âmbito do Senado Federal, no valor de R\$ 4.320.960,00 para o período de 12 meses. A contratação teve por fundamento legal o art. 24, XIII, também da Lei Geral de Licitações, que autoriza a contratação direta de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

## INDICADORES

Com a sistematização e informatização do processo de contratação, do planejamento à execução, foi possível otimizar os prazos de instrução, bem como, atualmente, através do Painel de Contratações, monitorar em tempo real cada etapa do planejamento.



## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Entre os principais objetivos relacionados às contratações está a continuidade do desenvolvimento do Sistema Integrado de Contratações (SENiC), que já conta com a sistematização de toda a etapa de planejamento das contratações e um Plano de Contratações plurianual, além de um módulo específico para acompanhamento de todas as contratações da Casa. Registre-se que a melhoria e a automação de processos estiveram entre as diretrizes estratégicas do biênio 2017-2019.

Objetiva-se para o ano de 2020 incluir no sistema o módulo de Instrução das contratações, o qual sistematizará o registro da pesquisa de preços e a elaboração do Termo de Referência e do Edital, auxiliando e otimizando a especificação de objetos e o cumprimento dos requisitos legais.

Além disso, o Senado Federal continuará capacitando os diversos setores da Casa envolvidos em processos de contratação, buscando sempre o aprimoramento dos seus fluxos e instruções. No modelo atual, servidores da Casa ministram **workshops** formatados para as necessidades/dificuldades específicas dos diversos atores do processo (órgãos técnicos, demandantes, gestores).

# GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O crédito orçamentário do Senado Federal, consignado na Lei Orçamentária Anual – LOA/2019 (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019), foi distribuído nos seguintes Programas:

Programas	Valor autorizado (R\$)	% em relação ao total
Atuação Legislativa do Senado Federal	2.365.002.939	52,53%
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	2.126.130.832	47,23%
Reserva de Contingência*	9.376.939	0,21%
Operações especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	1.284.806	0,03%
<b>Total</b>	<b>4.501.795.516</b>	

\* A Reserva de Contingência abarcou as programações orçamentárias destinadas ao atendimento das despesas primárias e financeiras que decorreriam de provimentos de cargos efetivos (o que não ocorreu no exercício de 2019).

Fonte: SIGA Brasil

Sobre a soma dos valores pagos de despesas primárias no exercício, apurou-se que a execução corresponde ao percentual de 97,2% do limite calculado a partir das regras impostas pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, conforme registrado no Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2019. Os valores autorizados, empenhados, liquidados e pagos no exercício, por tipo de despesa (primária ou financeira), constam da tabela a seguir:

## Valores pagos por tipo de despesa + RP pago – 2019 (R\$)

Tipo de despesa	Valor autorizado	Valor empenhado	Valor liquidado	Valor pago	Valor RP pago	Percentual do limite da EC nº 95/2016
Despesas primárias	4.327.352.385	4.237.043.001	4.175.108.571	4.174.471.261	31.119.661	97,2%
Despesas financeiras	174.443.131	146.708.103	146.708.103	146.708.103	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.501.795.516</b>	<b>4.383.751.104</b>	<b>4.321.816.674</b>	<b>4.321.179.364</b>	<b>31.119.661</b>	

A coluna “RP pago” indica os valores de restos a pagar processados e não processos pagos em 2019 relativos a notas de empenho emitidas em anos anteriores.

Fonte: SIGA Brasil

Destaque-se que, para fins de adequação da execução ao longo do exercício, foram realizadas alterações orçamentárias sem que houvesse ampliação do montante total autorizado para despesas.

No que tange à limitação de empenho e movimentação financeira, pode-se afirmar que não houve prejuízos à execução das ações inicialmente planejadas, pois o valor do contingenciamento imposto à Casa ao longo do exercício foi pouco expressivo em relação ao total autorizado, conforme demonstrativo disponível em <https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/demonstrativos-oficiais/limitacao-de-empenho-e-movimentacao-financeira-2019>.

Registre-se que a análise dos dados orçamentários apresentada a seguir contempla a utilização dos recursos descentralizados pelo Senado Federal em favor de outros órgãos da União, em razão da assinatura de termos de execução descentralizada e de pagamento de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso (GECC):

<b>Destaques concedidos – 2019</b>	
<b>Órgão receptor</b>	<b>Valor dos destaques concedidos (R\$)</b>
<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>1.545</b>
<b>FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL</b>	<b>120.122</b>
<b>FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA</b>	<b>309.080</b>
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE</b>	<b>30.443</b>
<b>CENTRO DE APOIO AO DESENVOLV. TECNOLÓGICO – CDT</b>	<b>1.343.073</b>
<b>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB</b>	<b>245.481</b>
<b>MINISTÉRIO DA ECONOMIA</b>	<b>14.675</b>
<b>CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO</b>	<b>10.427</b>
<b>AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>6.951</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.081.798</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Em contrapartida, excluíram-se os valores referentes à Reserva de Contingência (destinados ao atendimento das despesas primárias e financeiras que decorreriam de eventuais provimentos de cargos efetivos) e os destaques recebidos de outros órgãos da Administração Pública Federal, os quais resultaram de ressarcimentos pela ocupação de imóveis funcionais, pagamentos de GECC a servidores desta Casa Legislativa e participação de outros órgãos no rateio dos custos da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI):

### Destaques recebidos – 2019

Órgão repassador	Valor dos destaques recebidos (R\$)
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	29.751
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	367.804
JUSTIÇA MILITAR	16.938
JUSTIÇA ELEITORAL	10.239
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	27.741
MINISTÉRIO DA DEFESA	54.057
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	36.412
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	16.938
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	132.400
JUSTIÇA DO TRABALHO	81.231
JUSTIÇA FEDERAL	27.360
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	16.938
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	16.938
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	13.995
<b>TOTAL</b>	<b>848.742</b>

## FINALIDADE DOS RECURSOS

Tendo em vista o que dispõe o Manual Técnico de Orçamento – MTO, as despesas do Senado Federal ao longo do exercício de 2019 subdividem-se nos seguintes grupos:

a) Pessoal e Encargos Sociais (Grupo de Natureza de Despesa – GND 1): despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) Outras Despesas Correntes (GND 3): despesas orçamentárias necessárias à manutenção e ao funcionamento da Casa, dentro nas quais incluem-se os auxílios pagos aos servidores (auxílio alimentação, pré-escolar, transporte, funeral, natalidade e para atendimento de despesas médico-hospitalares). Nesse último caso, os gastos são considerados obrigatórios, enquanto os demais são classificados como discricionários;

c) Investimentos (GND 4): despesas orçamentárias com aquisição e desenvolvimento de **softwares**, planejamento e execução de obras, aquisição de equipamentos e de material permanente.

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GND

### Análise da execução orçamentária em 2018 e 2019 por GND

GND	Ano	Valor autorizado (R\$)	Valor empenhado (R\$)	Valor liquidado (R\$)	Valor pago (R\$)	Valor RP pago (R\$)	Varição valor pago (2019/2018)
Pessoal e encargos sociais	2019	3.790.940.912	3.733.388.980	3.733.353.999	3.733.353.999	-	6,29%
	2018	3.672.270.109	3.512.417.118	3.512.417.118	3.512.417.118	2.316.518	
Outras despesas correntes	2019	677.032.505	626.583.182	580.096.372	579.464.011	22.264.205	-1,38%
	2018	657.691.727	619.925.364	590.983.432	587.543.955	35.532.256	
Investimentos	2019	33.822.099	23.778.942	8.366.304	8.361.355	8.855.456	-9,85%
	2018	41.413.836	16.409.921	9.578.696	9.274.717	7.655.272	

A coluna "RP pago" indica os valores de restos a pagar processados e não processos pagos em 2019 relativos a notas de empenho emitidas em anos anteriores.  
Fonte: SIGA Brasil

**GND 1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Em 2019, houve elevação das despesas com remunerações, proventos e pensões, em virtude, sobretudo, da elevação do teto remuneratório constitucional (Lei nº 13.752, de 2018) e da concessão da última parcela de reajuste aos servidores determinada pela Lei nº 13.302, de 2016.

Já a diminuição dos gastos com obrigações previdenciárias patronais resultou das aposentadorias de servidores e da opção, de parte dos servidores ativos, pela migração de regime previdenciário com adesão à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP).

Por fim, o aumento observado na categoria “Demais elementos” deve-se, principalmente, às indenizações trabalhistas pagas a servidores comissionados exonerados em decorrência do encerramento da 55ª Legislatura do Congresso Nacional (2015-2019).

Execução por Grupo e Elemento de Despesa (GND 1) – 2018 e 2019

Código	Elemento de despesa	Valor pago LOA/2019 (R\$)	Valor pago LOA/2018 (R\$)	Diferença (R\$)
1	Aposentadorias RPPS, reserva remunerada e reformas	1.685.431.340	1.512.236.831	173.194.509
11	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	1.332.539.181	1.321.811.024	10.728.157
3	Pensões do RPPS e do militar	423.510.073	391.212.093	32.297.980
13	Obrigações patronais	226.814.486	243.835.907	(17.021.421)
-	Demais elementos	65.058.918	43.321.262	21.737.656
<b>Total</b>		<b>3.733.353.999</b>	<b>3.512.417.118</b>	<b>220.936.881</b>

Fonte: SIGA Brasil

**GND 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

O decréscimo da despesa relativa aos auxílios no exercício de 2019 derivou da quantidade de aposentadorias ocorridas desde o fim de 2018 (as quais ensejaram a diminuição do número de servidores que fazem jus a benefícios como os auxílios alimentação e pré-escolar), bem como pelo fato de as reposições dos servidores comissionados exonerados após o fim da 55ª Legislatura ter sido feita gradualmente.

Além disso, cumpre registrar que parte expressiva dos gastos classificados no elemento de despesa 93 dizem respeito às Cotas para Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores – CEAPS.

Por fim, a diferença de cerca de R\$ 8 milhões observada entre os valores pagos não implica que houve uma redução na despesa total de custeio do Senado Federal (classificadas no GND 3), visto que houve um crescimento dos valores empenhados na comparação entre 2018 e 2019, conforme depreende-se da tabela “Dotação atualizada, empenhado, liquidado, pago, RP pago por GND - 2018 e 2019”. Portanto, a diferença apontada no quadro abaixo significa que, no ano de 2018, foi possível o pagamento de uma parcela maior das despesas de competência daquele exercício no próprio ano e, em 2019, foi necessária a inscrição de saldos empenhados em restos a pagar para que a liquidação e o pagamento fossem realizados em 2020.

## Execução por Grupo e Elemento de Despesa (GND 3) – 2018 e 2019

Código	Elemento da despesa	Valor pago em 2019 (R\$)	Valor pago em 2018 (R\$)	Diferença (R\$)
46, 8, 49	Benefícios aos servidores (auxílios alimentação, pré-escolar, funeral, natalidade, transporte)	79.630.010	84.544.756	(4.914.746)
39	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	212.110.226	214.160.858	(2.050.632)
37	Locação de mão de obra	148.077.724	139.406.771	8.670.953
34	Outras despesas de pessoal – terceirização	45.211.300	58.166.563	(12.955.263)
40	Serviços de tecnologia da informação e comunicação – PJ	20.052.111	17.459.952	2.592.159
	Indenizações e restituições	35.836.112	32.752.094	3.084.017
–	Demais elementos	38.546.527	41.052.960	(2.506.433)
<b>Total</b>		<b>579.464.011</b>	<b>587.543.955</b>	<b>(8.079.944)</b>

Parte da variação observada nos elementos de despesa referentes à terceirização de mão de obra (34 e 37) explica-se pela alteração da classificação de despesas entre um elemento e outro para adequação da execução orçamentária à determinação do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

**GND 4 – INVESTIMENTOS**

Em 2019, os valores pagos indicados na tabela abaixo referem-se a despesas resultantes da aquisição de solução de expansão e atualização de rede sem fio do Senado Federal, de notebooks, de licenças de **softwares** e do desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas, além da realização de reformas e da compra de mobiliários funcionais e para as residências oficiais dos Senadores. Sobre os restos a pagar pagos nesse exercício, destacam-se aqueles relativos à substituição dos elevadores em prédios que compõem o Complexo Arquitetônico do Senado Federal e à aquisição de equipamentos para a Secretaria de Comunicação.

## Execução por Grupo e Elemento de Despesa (GND 4) – 2018 e 2019

Código	Elemento de despesa	Valor pago em 2019 (R\$)	Valor RP pago em 2019 (R\$)	Valor pago em 2018 (R\$)	Diferença (R\$)
52	Equipamentos e material permanente	5.316.808	4.961.565	6.710.753	1.955.998
40	Serviços de tecnologia da informação e comunicação – PJ*	2.539.004	242.902	1.822.078	-
51	Obras e instalações	433.553	3.405.325	599.638	2.875.724
39	Outros serviços de terceiros – PJ	33.166	245.663	142.248	2.823.550
92	Despesas de exercícios anteriores	38.824	-	-	-
<b>Total</b>		<b>8.361.355</b>	<b>8.855.456</b>	<b>9.274.717</b>	<b>7.655.272</b>

\*A coluna “RP pago” indica os valores de restos a pagar processados e não processos pagos em 2019 relativos a notas de empenho emitidas em anos anteriores.  
Fonte: SIGA Brasil



## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## DECLARAÇÃO DO CONTADOR, LUIZ HENRIQUE DE PAIVA MARQUES



A Coordenação de Contabilidade – CONTAB, de acordo com o art. 218, § 2º, inciso V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, integra a estrutura da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade – SAFIN e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do Senado Federal. O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas desta Casa do Poder Legislativo.

O registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é efetuado mensalmente pela Coordenação de Contabilidade – CONTAB, após a verificação dos demonstrativos contábeis e balancetes, com fundamento nos Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, bem como na Conformidade dos Registros de Gestão, no Plano de Contas da União, no Manual SIAFI e em outros instrumentos que subsidiam o processo de análise. Este é um processo que visa assegurar a regularidade, completude, integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O contador responsável não exerce quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, como por exemplo: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda efetuar a conformidade de registro de gestão, obedecendo assim ao princípio de segregação de função.

As Demonstrações Contábeis do Senado Federal são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, ou seja, o Ativo (bens e direitos) em confronto com o Passivo (Obrigações) e o Patrimônio Líquido (Ativo versus Passivo).
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do órgão no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas). O valor apurado, superávit ou

déficit, passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

● Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e o Manual SIAFI.

### **Avanços**

Cabe ressaltar que no exercício de 2019 tivemos avanços substanciais na qualidade das informações contábeis do Senado Federal. Dentre elas destacamos as seguintes:

- Implantação e uso de metodologia de depreciação através dos relatórios gerados pelo Sistema de Patrimônio – SPALM.
- Divulgação no Portal da Transparência do Senado Federal das Demonstrações Contábeis no período, bem como das Notas Explicativas correspondentes.
- Melhoria na qualidade dos registros contábeis referente aos créditos administrativos de Longo Prazo, bem como o Ajuste das Perdas.
- Melhoria na gestão de Suprimento de Fundos resultando na diminuição do número de Atos de Concessão, bem como na redução das despesas efetuadas por esse tipo de modalidade.

### **Declaração**

Portanto, considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2019, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Senado Federal.

Brasília/DF, 16 de janeiro de 2020

Luiz Henrique de Paiva Marques

CRC nº SP222053/0-O T-DF

Contador Responsável

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## INFORMAÇÕES GERAIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão disciplinadas na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e têm como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as Demonstrações, permitindo a evidenciação, análise e consolidação das contas públicas em âmbito nacional, além de permitir a comparabilidade tanto com as demonstrações de períodos anteriores quanto com as de outras entidades.

O assunto também é normatizado pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, e especialmente pela Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

As demais normas legais adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis são a Lei nº 8.666/93, Lei nº 13.707/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019), Lei nº 13.808/2019 (Lei Orçamentária Anual para 2019), Decreto nº 93.872/1986 e Decreto 6.170/2007. Já em relação às normas técnicas, citamos o Manual Técnico de Orçamento – MTO 2019, Portaria SOF nº 1.295/2019, Portaria SEAFI-SOF nº 1.035/2019, Portaria SOF nº 1.144/2019 e demais publicadas pelo Ministério da Economia que visaram disciplinar o processo orçamentário federal naquele exercício.

As demonstrações contábeis no setor público são a representação estruturada da situação patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. Devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (**accountability**) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados. Podem também ter a função preditiva ou prospectiva, proporcionando informações úteis para prever o nível de recursos necessários para a continuidade de suas operações, os recursos que podem ser gerados pela continuidade dessas operações e os riscos e as incertezas associadas.

Embora a informação contida nas demonstrações contábeis seja relevante, é improvável que ela satisfaça a todos os objetivos descritos, especificamente, no que diz respeito a entidades cujo objetivo principal não seja gerar lucro. Assim, informação suplementar, incluindo demonstrativos não financeiros, pode ser apresentada junto com as demonstrações contábeis no intuito de proporcionar uma visão mais abrangente das atividades da entidade durante o período.

O Relatório de Acompanhamento do Acórdão nº 3.608 – Plenário TCU determinou que, a partir do encerramento do exercício de 2018, será obrigatória a publicação no Portal da Transparência do Senado Federal dos Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas. Desta forma, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas podem ser acessadas no link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/demonstracoes-contabeis>.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

(R\$ 1,00)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018	AH	AV
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		403.110.446,68	419.463.255,54	-3,90%	40,02%
Caixa e equivalentes de caixa	1	380.000.291,01	398.470.640,57	-4,64%	37,73%
Créditos a curto prazo	2	35.389,19	17.006,63	108,09%	0,00%
Demais créditos de valores a curto prazo	3	4.280.840,03	3.746.929,26	14,25%	0,43%
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo		-			
Estoques		15.333.542,18	14.696.961,31	4,33%	1,42%
VPDs pagas antecipadamente	4	3.460.384,27	2.531.717,77	36,68%	0,34%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		604.105.662,00	617.650.972,98	-2,19%	59,98%
Ativo realizável a longo prazo					
Créditos a curto prazo	5	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Estoques					
VPDs pagas antecipadamente					
Investimentos					
Imobilizado	6	569.602.674,97	585.867.538,59	-2,78%	56,55%
Bens móveis		108.317.487,69	123.133.067,82	-12,03%	10,75%
Bens imóveis		461.285.187,28	462.734.470,77	-0,31%	45,8%
Intangível		34.502.987,03	31.783.434,39	8,56%	3,43%
Diferido			0	0	0
<b>Total do ativo</b>		<b>1.007.216.108,68</b>	<b>1.037.114.228,52</b>	<b>-2,88%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

(R\$ 1,00)

Passivo	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		136.071.851,98	117.126.961,06	16,17%	13,51%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	7	115.382.773,81	92.900.697,34	24,20%	11,46%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo					
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8	769.532,24	917.313,65	-16,11%	0,08%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo					
Obrigações de Repartição a Outros Entes					
Provisões de Curto Prazo					
Demais Obrigações a Curto Prazo		19.919.545,93	23.308.950,07	-14,54%	1,98%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo					
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo					
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo					
Obrigações Fiscais a Longo Prazo					
Provisões de Longo Prazo					
Demais Obrigações a Longo Prazo					
Resultado Diferido					
<b>Total do passível exigível</b>		<b>136.071.851,98</b>	<b>117.126.961,06</b>	<b>16,17%</b>	<b>13,51%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		-	-	-	0,00%
Patrimônio Social e Capital Social		-	-	-	0,00%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-	-	0,00%
Reservas de Capital		-	-	-	0,00%
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	0,00%
Reservas de Lucros		-	-	-	0,00%
Demais Reservas		-	-	-	0,00%
Resultados Acumulados		871.144.256,70	919.987.267,46	-5,31%	86,49%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-	-	0,00%
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>871.144.256,70</b>	<b>919.987.267,46</b>	<b>-5,31%</b>	<b>86,49%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.007.216.108,68</b>	<b>1.037.114.228,52</b>	<b>-2,88%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (LEI Nº 4.320, DE 1964)**

R\$ 1.00

Ativo			Passivo		
Especificação	2019	2018	Especificação	2019	2018
Ativo Financeiro	380.047.914,07	398.478.031,56	Passivo Financeiro	87.055.320,03	92.472.910,06
Ativo Permanente	627.168.194,61	638.636.196,96	Passivo Permanente	115.754.260,63	92.971.386,42
			<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>804.406.528,02</b>	<b>851.669.932,04</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI Nº 4.320, DE 1964)**

R\$ 1.00

Destinação de recursos	Nota explicativa	Superávit/Déficit financeiro
Recursos Ordinários		150.227.744,97
Recursos Vinculados		142.764.849,07
Seguridade Social (Exceto RGPS)		3.402.998,71
Previdência Social (RGPS)		1.550,50
Alienação de Bens e Direitos		1.592.890,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		137.767.409,86
<b>Total</b>		<b>292.992.594,04</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (LEI Nº 4.320, DE 1964)**

R\$ 1,00

Especificação	Nota explicativa	2019	2018
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		18.806.847,35	19.367.352,45
Execução dos Atos Potenciais Ativos		18.806.847,35	19.367.352,45
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		8.347.401,18	8.506.043,75
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		97.489,31	449.351,84
Direitos Contratuais a Executar		10.361.956,86	10.361.956,86
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		165.489.413,57	151.323.503,42
Execução dos Atos Potenciais Passivos		165.489.413,57	151.323.503,42
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar		1.529.464,19	3.161.502,64
Obrigações Contratuais a Executar		163.959.949,38	148.162.000,78
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-

Fonte: SIAFI

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

R\$ 1.00

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018	AH	AV
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>4.404.190.431,23</b>	<b>4.414.710.784,59</b>	<b>-0,24%</b>	<b>100,00%</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria					
Contribuições					
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		5.627.179,23	5.127.229,57	9,75%	0,13%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		245,11	8,93	2644,79%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas		4.370.516.439,15	4.263.861.374,60	2,50%	99,24%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	9	7.913.671,54	139.141.267,59	-94,31%	0,18%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		20.132.896,20	6.580.903,90	205,93%	0,46%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>10</b>	<b>4.445.523.863,57</b>	<b>4.300.526.194,22</b>	<b>3,37%</b>	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos		1.729.271.546,47	1.782.068.601,46	-2,96%	38,90%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.118.040.156,92	1.916.662.541,17	10,51%	47,64%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		499.138.081,23	519.973.265,60	-4,01%	11,23%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		63.701,73	440.463,77	-85,54%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas		48.625.782,98	26.266.010,95	85,13%	1,09%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		23.459.833,57	26.584.253,17	-11,75%	0,53%
Tributárias		216.288,81	216.118,95	0,08%	0,00%
Custo – Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		783.768,88	2.158.051,01	-63,68%	0,02%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		25.924.702,98	26.156.888,14	-0,89%	0,58%
<b>Resultado patrimonial do período</b>		<b>-41.333.432,34</b>	<b>114.184.590,37</b>	<b>-136,20%</b>	<b>-0,93%</b>

Fonte: SIAFI

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

R\$ 1.00

Receitas orçamentárias	Nota Explicativa	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>9.106.088,00</b>	<b>9.106.088,00</b>	<b>9.593.552,15</b>	<b>487.464,15</b>	<b>105,35%</b>	<b>93,44%</b>
Receitas Tributárias							
Receitas de Contribuições							
Receita Patrimonial		2.450.903,00	2.450.903,00	1.854.968,97	-595.934,03	75,69%	18,07%
Receita Agropecuária							
Receita Industrial		1.063.241,00	1.063.241,00	965.998,59	-97.242,41	90,85%	9,41%
Receitas de Serviços		2.510.793,00	2.510.793,00	2.718.040,26	207.247,26	108,25%	26,47%
Transferências Correntes							
Outras Receitas Correntes		3.081.151,00	3.081.151,00	4.054.544,33	973.393,33	131,59%	39,49%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				<b>673.540,00</b>	<b>673.540,00</b>		<b>6,56%</b>
Operações de Crédito							
Alienação de Bens				673.540,00	673.540,00		
Amortização de Empréstimos							
Transferências de Capital							
Outras Receitas de Capital							
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>							
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>		<b>9.106.088,00</b>	<b>9.106.088,00</b>	<b>10.267.092,15</b>	<b>1.161.004,15</b>	<b>112,75%</b>	<b>100,00%</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>							
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		<b>9.106.088,00</b>	<b>9.106.088,00</b>	<b>10.267.092,15</b>	<b>1.161.004,15</b>	<b>112,75%</b>	<b>100,00%</b>
<b>DÉFICIT</b>				<b>4.372.247.668,66</b>	<b>4.372.247.668,66</b>		
<b>TOTAL</b>		<b>9.106.088,00</b>	<b>9.106.088,00</b>	<b>4.382.514.760,81</b>	<b>4.373.408.672,81</b>		

Fonte: SIAFI



R\$ 1.00

Despesas orçamentárias	Nota Explicativa	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação	AV
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		4.467.973.417,00	4.467.973.417,00	4.358.735.818,77	4.312.252.786,29	4.311.620.425,31	109.237.598,23	99,81%
Pessoal e Encargos Sociais		3.790.940.912,00	3.790.940.912,00	3.733.388.979,81	3.733.353.998,63	3.733.353.998,63	57.551.932,19	86,41%
Juros e Encargos da Dívida								
Outras Despesas Correntes		677.032.505,00	677.032.505,00	625.346.838,96	578.898.787,66	578.266.426,68	51.685.666,04	13,40%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		33.822.099,00	33.822.099,00	23.778.942,04	8.366.303,77	8.361.355,00	10.043.156,96	0,19%
Investimentos		33.822.099,00	33.822.099,00	23.778.942,04	8.366.303,77	8.361.355,00	10.043.156,96	0,19%
Inversões Financeiras								
Amortização da Dívida								
RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
RESERVA DO RPPS								
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>		4.501.795.516,00	4.501.795.516,00	4.382.514.760,81	4.320.619.090,06	4.319.981.780,31	119.280.755,19	100,00%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO								
Amortização da Dívida Interna								
Dívida Mobiliária								
Outras Dívidas								
Amortização da Dívida Externa								
Dívida Mobiliária								
Outras Dívidas								
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		4.501.795.516,00	4.501.795.516,00	4.382.514.760,81	4.320.619.090,06	4.319.981.780,31	119.280.755,19	100,00%
<b>TOTAL</b>		4.501.795.516,00	4.501.795.516,00	4.382.514.760,81	4.320.619.090,06	4.319.981.780,31	119.280.755,19	

**QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

R\$ 1.00

Despesas orçamentárias	Nota Explicativa	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>17.832.373,83</b>	<b>28.839.525,85</b>	<b>18.583.743,73</b>	<b>18.473.152,00</b>	<b>27.125.461,31</b>	<b>1.073.286,37</b>
Pessoal e Encargos Sociais		792.548,80	-	-	-	792.548,80	
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		17.039.825,03	28.839.525,85	18.583.743,73	18.473.152,00	26.332.912,51	1.073.286,37
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>15.638.186,70</b>	<b>6.831.225,07</b>	<b>8.559.696,90</b>	<b>8.556.874,34</b>	<b>9.606.871,14</b>	<b>4.305.666,29</b>
Investimentos		15.638.186,70	6.831.225,07	8.559.696,90	8.556.874,34	9.606.871,14	4.305.666,29
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>33.470.560,53</b>	<b>35.670.750,92</b>	<b>27.143.440,63</b>	<b>27.030.026,34</b>	<b>36.732.332,45</b>	<b>5.378.952,66</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

R\$ 1.00

Despesas orçamentárias	Nota Explicativa	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>7.381.421,42</b>	<b>3.537.377,08</b>	<b>3.620.202,47</b>	<b>106.314,86</b>	<b>7.192.281,17</b>
Pessoal e Encargos Sociais		4.662.186,41	-	-	-	4.662.186,41
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		2.719.235,01	3.537.377,08	3.620.202,47	106.314,86	2.530.094,76
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>45.725,50</b>	<b>315.535,96</b>	<b>298.581,64</b>	<b>-</b>	<b>62.679,82</b>
Investimentos		45.725,50	315.535,96	298.581,64	-	62.679,82
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
<b>TOTAL</b>		<b>7.427.146,92</b>	<b>3.852.913,04</b>	<b>3.918.784,11</b>	<b>106.314,86</b>	<b>7.254.960,99</b>

Fonte: SIAFI

**BALANÇO FINANCEIRO**

R\$ 1.00

Ingressos	Notas Explicativas	2019	2018
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>10.267.092,15</b>	<b>8.627.573,57</b>
<b>Ordinárias</b>			
<b>Vinculadas</b>		<b>11.095.187,13</b>	<b>9.148.405,54</b>
Alienação de Bens e Direitos		1.347.080,00	856.100,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		9.748.107,13	8.292.305,54
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-828.094,98	-520.831,97
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>4.369.099.458,79</b>	<b>4.249.229.557,41</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		4.362.208.503,99	4.241.033.763,58
Cota Recebida		4.355.613.969,24	4.232.909.682,04
Repasso Recebido		6.594.534,75	8.124.081,54
Independentes da Execução Orçamentária		6.890.954,80	8.195.793,83
Transferências Recebidas para Pagamento de RP			20.000,00
Demais Transferências Recebidas		5.820.434,44	7.241.707,44
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.070.520,36	934.086,39
Aporte ao RPPS			
Aporte ao RGPS			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>65.504.292,57</b>	<b>43.629.301,98</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		637.309,75	3.675.011,61
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		61.895.670,75	35.670.750,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.951.913,94	4.198.331,41
Outros Recebimentos Extraorçamentários		19.398,13	85.208,04
Ordens Bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento			47.927,96
Arrecadação de Outra Unidade		19.398,13	37.280,08
Valores para Compensação			
Demais Recebimentos			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>398.470.640,57</b>	<b>317.885.402,50</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	398.470.640,57	317.885.402,50
<b>Total</b>		<b>4.843.341.484,08</b>	<b>4.619.371.835,46</b>

Dispêndios	Notas Explicativas	2019	2018
<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>4.382.514.760,81</b>	<b>4.148.725.096,14</b>
<b>Ordinárias</b>		<b>2.326.523.934,17</b>	<b>3.624.938.589,62</b>
<b>Vinculadas</b>		<b>2.055.990.826,64</b>	<b>523.786.506,52</b>
Seguridade Social (Exceto RGPS)		1.738.590.148,29	
Previdência Social (RPPS)		313.930.322,00	516.618.206,24
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		3.470.356,35	7.168.300,28
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>45.857.461,44</b>	<b>16.263.478,67</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		38.858.011,59	8.050.404,76
Repasse Concedido		7.842.526,01	8.050.404,76
Cota Devolvida		31.015.485,58	
Independentes da Execução Orçamentária		6.999.449,85	8.213.073,91
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		103.092,02	
Demais Transferências Concedidas		5.806.439,34	7.241.707,44
Movimento de Saldos Patrimoniais		1.089.918,49	971.366,47
Aporte ao RPPS			
Aporte ao RGPS			
<b>Despesas Extraorçamentárias</b>		<b>34.968.970,82</b>	<b>55.912.620,08</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		3.918.784,11	617.330,30
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		27.030.026,34	44.880.576,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.069.173,64	4.134.443,39
Outros Pagamentos Extraorçamentários		950.986,73	6.280.269,75
Ordens Bancárias Sacadas – Cartão de Pagamento		47.927,96	
Valores Compensados		40.232,07	4.311,41
Demais Pagamentos		862.826,70	6.275.958,34
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>380.000.291,01</b>	<b>398.470.640,57</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	380.000.291,01	398.470.640,57
<b>Total</b>		<b>4.843.341.484,08</b>	<b>4.619.371.835,46</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

R\$ 1.00

<b>Especificação</b>	<b>Notas Explicativas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		<b>-1.927.078,58</b>	<b>97.064.427,03</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>4.381.664.323,01</b>	<b>4.261.664.692,47</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>		<b>9.593.552,15</b>	<b>8.199.523,57</b>
Receita Tributária			
Receita de Contribuições			
Receita Patrimonial		1.854.968,97	2.168.484,93
Receita Industrial		965.998,59	891.240,65
Receita de Serviços		2.718.040,26	2.023.640,88
Remuneração das Disponibilidades			
Outras Receitas Derivadas e Originárias		4.054.544,33	3.116.157,11
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>			
Intergovernamentais			
Intragovernamentais			
Outras Transferências Correntes Recebidas			
<b>Outros Ingressos das Operações</b>		<b>4.372.070.770,86</b>	<b>4.253.465.168,90</b>
Ingressos Extraorçamentários		2.951.913,94	4.198.331,41
Transferências Financeiras Recebidas		4.369.099.458,79	4.249.229.557,41
Arrecadação de Outra Unidade		19.398,13	37.280,08
Valores para Compensação			

continua

Especificação	Notas Explicativas	2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>			
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-4.383.591.401,59</b>	<b>-4.164.600.265,44</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-4.101.848.586,10</b>	<b>-3.891.376.774,69</b>
Legislativo		-1.983.910.355,08	-1.974.181.787,52
Judiciário		-540.021,99	-664.835,64
Essencial à Justiça		-33.875,38	-17.057,41
Administração		-78.147,98	-20.000,00
Defesa Nacional		-54.057,46	-28.783,64
Previdência Social		-2.117.184.200,25	-1.916.512.238,44
Saúde			
(+/-) Ordens Bancárias Não Sacadas – Cartão de Pagamento		-47.927,96	47.927,96
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>			
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna			
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa			
Outros Encargos da Dívida			
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-231.913.121,64</b>	<b>-246.545.298,94</b>
Intergovernamentais			
Intragovernamentais		-230.776.972,96	-245.287.548,07
Outras Transferências Concedidas		-1.136.148,68	-1.257.750,87
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>		<b>-49.829.693,85</b>	<b>-26.678.191,81</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-3.069.173,64	-4.134.443,39
Transferências Financeiras Concedidas		-45.857.461,44	-16.263.478,67
Valores Compensados		-40.232,07	-4.311,41
Demais Pagamentos		-862.826,70	-6.275.958,34

continua

Especificação	Notas Explicativas	2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>-16.543.270,98</b>	<b>-16.479.188,96</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>673.540,00</b>	<b>428.050,00</b>
Alienação de Bens		673.540,00	428.050,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-17.216.810,98</b>	<b>-16.907.238,96</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-14.117.251,72	-12.119.363,02
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos		-3.099.559,26	-4.787.875,94
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>-18.470.349,56</b>	<b>80.585.238,07</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>398.470.640,57</b>	<b>317.885.402,50</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>380.000.291,01</b>	<b>398.470.640,57</b>

Fonte: SIAFI

## NOTAS EXPLICATIVAS

### BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Senado Federal foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 7ª edição) e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) do Senado Federal constantes da tabela abaixo:

Órgão	Unidade Gestora	Descrição
Senado Federal	020001	Senado Federal
Fundo Especial do Senado Federal	020054	Fundo Especial do Senado Federal

Fonte: SIAFI

No presente relatório, estão evidenciadas as Demonstrações Contábeis com base no exercício de 2019.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Notas Explicativas.

## RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Senado Federal, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

**Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** – A moeda funcional é o real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

**Caixa e equivalentes de caixa** – Incluem conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme arts. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

**Demais créditos e valores a curto prazo** – Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos e (ii) créditos por dano ao patrimônio. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros. Os créditos a receber são atualizados com base na variação da taxa Selic. É constituído também ajuste para perdas, considerando a natureza, o prazo de vencimento e o histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.

**Estoques** – Compreendem as mercadorias para revenda, almoxarifado e outros estoques. São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e (ii) na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que os tipos de materiais estocados e os controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.

**Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

**Depreciação de bens móveis** – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A vida útil e o valor residual utilizados foram considerados segundo critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na Macrofunção 02.03.30, conforme tabela abaixo:

Conta contábil	Vida útil (anos)	Valor residual
Aparelhos de medição e orientação	15	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
Máquinas e utensílios agropecuários/rodoviários	10	10%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
Mobiliário em geral	10	10%
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
Instrumentos musicais e artísticos	20	10%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
Veículos em geral	15	10%
Veículos de tração mecânica	15	10%
Armamentos	20	15%
Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

A partir de janeiro de 2019, os registros contábeis foram efetuados após a implementação do uso de metodologia de depreciação através dos relatórios gerados pelo Sistema SPALM – Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado.

**Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet** – As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. O valor depreciado é de responsabilidade daquela SPU, sendo apurado mensalmente e lançado automaticamente pelo SPIUnet.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = \frac{n^2 - x^2}{n^2}$$

Onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

**Intangível** – O ativo intangível é formado exclusivamente pelos *softwares* adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição, deduzida a respectiva amortização acumulada. As aquisições de licenças de uso de *software* que não possuem prazo contratual, ou seja, sem vida útil definida, não foram amortizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para os *softwares* com vida útil definida, a amortização é calculada observando-se a vigência contratual e se dá de acordo com o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30.

**Reavaliação** – Quanto aos bens imóveis, em abril/2018, foi efetuada a reavaliação dos bens pelo Serviço de Documentação e Administração de Imóveis – SEAIM/SPATR, utilizando-se como base o Custo Unitário Básico de Construção (CUB/m<sup>2</sup>) divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF).

**Passivos circulantes e não circulantes** – As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

**Apuração do Resultado** – No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:



**Resultado Patrimonial** – A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando a saída de recursos ou a redução de ativos ou a assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

**Resultado Orçamentário** – O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

**Resultado Financeiro** – O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**NOTA EXPLICATIVA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e em bancos para aplicação nas operações da entidade.

Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição (R\$)

<b>Detalhamento</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV*</b>	<b>AH*</b>
<b>Bancos conta movimento – demais contas – Caixa Econômica Federal</b>	<b>1.238.711</b>	<b>1.261.549</b>	<b>0,33%</b>	<b>-1,81%</b>
UG 020001	1.238.711	1.261.549	0,33%	-1,81%
<b>Limite de saque com vinculação de pagamento</b>	<b>378.608.909</b>	<b>397.209.091</b>	<b>99,63%</b>	<b>-4,68%</b>
UG 020001	240.616.538	266.109.332	63,32%	-9,58%
UG 020054	137.992.371	131.099.759	36,31%	5,26%
<b>Limite de saque com vinculação de pagamento – Ordem de Pagamento</b>	<b>152.671</b>	<b>0</b>	<b>0,04%</b>	
UG 020001	152.671	0	0,04%	
UG 020054	-	0		
<b>TOTAL</b>	<b>380.000.291</b>	<b>398.470.640</b>	<b>100%</b>	<b>-4,64%</b>

Fonte: SIAFI

\*AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

**Limite de saque com vinculação de pagamento**

Registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da Conta Única destinado a despesas de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). O detalhamento do saldo do limite de saque consta da tabela abaixo:

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (R\$)

<b>Identificação dos recursos</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV*</b>	<b>AH*</b>
<b>00 – Recursos ordinários</b>	<b>231.434.408</b>	<b>229.820.906</b>	<b>61,13%</b>	<b>0,70%</b>
UG 020001	231.428.929	229.815.428	61,13%	0,70%
UG 020054	5.479	5.479	0,00%	0,00%
<b>50 – Recursos não financeiros diretamente arrecadados</b>	<b>138.498.358</b>	<b>131.605.746</b>	<b>36,58%</b>	<b>5,24%</b>
UG 020001	511.466	511.466	0,14%	0,00%
UG 020054	137.986.892	131.094.281	36,45%	5,26%
<b>51 – Contribuição social s/ o lucro das Pessoas Jurídicas</b>	<b>0</b>	<b>31.012.296</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100,00%</b>
UG 020001	0	31.012.296	0,00%	-100,00%
<b>53 – Contribuição p/ o financiamento da seguridade social</b>	<b>3.402.999</b>	<b>76.117</b>	<b>0,90%</b>	<b>4370,75%</b>
UG 020001	3.402.999	76.117	0,90%	4370,75%
<b>56 – Contribuição do plano de seguridade social do servidor</b>	<b>24.115</b>	<b>24.115</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,00%</b>
UG 020001	24.115	24.115	0,01%	0,00%
<b>63 – Rec. Prop. Decor. Alien. Bens e Dir. do Patr. Públ.</b>	<b>1.592.890</b>	<b>919.350</b>	<b>0,42%</b>	<b>73,26%</b>
UG 020001	1.592.890	919.350	0,42%	73,26%
UG 020054	0	0	0,00%	
<b>69 – Contrib. Patronal p/ Plano de Segurid. Soc. Serv.</b>	<b>31.565</b>	<b>31.565</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,00%</b>
UG 020001	31.565	31.565	0,01%	0,00%
<b>90 – Recursos diversos</b>	<b>3.624.575</b>	<b>3.718.996</b>	<b>0,96%</b>	<b>-2,54%</b>
UG 020001	3.624.575	3.718.996	0,96%	-2,54%
<b>Total</b>	<b>378.608.909</b>	<b>397.209.091</b>	<b>100%</b>	<b>-4,68%</b>

Fonte: SIAFI

\*AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

Verifica-se que a maior parte do limite de saque é de recursos ordinários, ou seja, não possui vinculação específica e pode ser alocado discricionariamente pelo gestor, respeitando-se a legislação vigente.

Em 2019 houve aumento significativo nos recursos disponíveis na fonte 0153 – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, devido à necessidade de complementar as fontes 0156 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor e 0169 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor, que não estavam sendo suficientes para cobrir o total de despesa anual com aposentadorias e pensões do Senado Federal.

Os recursos não financeiros diretamente arrecadados constantes da UG 020054 (Fundo Especial do Senado Federal) referem-se a receitas próprias recebidas a título, principalmente, de comercialização da Gráfica do Senado e acumuladas ao longo de exercícios anteriores.

#### **NOTA EXPLICATIVA 2 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO**

Compreendem os valores a receber decorrentes das vendas da Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF e da Livraria do Senado Federal.

Em 31/12/2019, o Senado Federal apresentou saldo de R\$ 35.389,19 nesse grupo, conforme se observa no detalhamento apresentado na tabela abaixo:

<b>Cliente</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>
CAPITAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS RECICLÁVEIS	5.956,50	16,83%
CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA	8.650,00	24,44%
SW SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS LTDA.	20.782,69	58,73%
<b>TOTAL</b>	<b>35.389,19</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI

**NOTA EXPLICATIVA 3 – DEMAIS CRÉDITOS A CURTO PRAZO**

Compreende os valores a receber por transações realizáveis a curto prazo. A seguir, apresenta-se a composição desses valores:

Demais créditos e valores a curto prazo (R\$).

<b>Detalhamento</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
Adiantamentos concedidos	88.007	58.151	2,06%	51,34%
Tributos a recuperar/compensar	47623,06	7.391	1,11%	544,34%
Créditos por danos ao patrimônio	3.525.610	13.325.532	82,36%	-73,54%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	3.078.036	955.884	71,90%	222,01%
<b>Subtotal</b>	<b>6.739.277</b>	<b>14.346.957</b>	<b>157,43%</b>	<b>-53,03%</b>
(-) Ajustes para perdas	-2.458.437	-10.600.028	-57,43%	-76,81%
<b>TOTAL</b>	<b>4.280.840</b>	<b>3.746.929</b>	<b>100,00%</b>	<b>14,25%</b>

Fonte: SIAFI

***Créditos por danos ao patrimônio***

O valor mais expressivo nesse grupo corresponde aos Créditos por Danos ao Patrimônio, que englobam aqueles decorrentes de créditos administrativos (cobrança administrativa) registrados na contabilidade após apuração de seu valor e definida a responsabilidade do devedor. Atualmente, os créditos inadimplentes superiores a R\$ 1.000,00 são encaminhados para inscrição na Dívida Ativa da União, consoante prescreve a Portaria-MF nº 75, de 2012.

Dentre os Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio, destacam-se os Créditos a Receber por Débito de Terceiro em Prestação de Serviços e os Créditos a Receber por Folha de Pagamento. Trata-se, respectivamente, de créditos constituídos por aplicação de multa a empresas por descumprimento de contrato/licitação e créditos constituídos por ocasião de acertos rescisórios de pessoal comissionado e ex-pensionistas.

**Ajustes para Perdas**

Para a mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, utilizou-se a metodologia recomendada na Macrofunção 020342 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS, ou seja, baseada no histórico de recebimentos passados.

Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x Saldo atualizado da conta de valores a receber)

A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3 e dividindo-se o resultado da soma por três. Em termos matemáticos: (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3) / 3.

Para efeito de quociente de recebimento, foi apurado no Sistema SISGRU o total de recolhimento dos códigos 28852, 28867 e 28881 dos últimos exercícios, que, dividido pelo saldo total da conta 1.1.3.0.0.00.00, resultou nos quocientes de recebimento 6%, 46%, 22% e 49%, respectivamente, para os anos de 2016, 2017, 2018 e set/19, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2017	2018	2019
Código de Recolhimento 28852	R\$ 69.849,09	R\$ 56.418,34	R\$ 91.915,83	R\$ 134.257,95
Código de Recolhimento 28867	R\$ 3.109.096,02	R\$ 3.432.848,32	R\$ 915.033,35	R\$ 819.602,46
Código de Recolhimento 28881	R\$ 1.513.395,46	R\$ 3.159.826,83	R\$ 2.155.798,65	R\$ 3.100.942,66
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.694.356,57</b>	<b>R\$ 6.651.110,49</b>	<b>R\$ 3.164.765,83</b>	<b>R\$ 4.056.822,07</b>
<b>SIAFI</b>	<b>Saldo em 31/12</b>	<b>Saldo em 31/12</b>	<b>Saldo em 31/12</b>	<b>Saldo em 31/12</b>
1.1.3.0.0.00.00+1.1.3.9.1.01.01	R\$ 80.859.530,14	R\$ 14.528.495,26	R\$ 14.523.813,71	R\$ 6.509.979,30
<b>Quociente de recebimento anual</b>	<b>6%</b>	<b>46%</b>	<b>22%</b>	<b>62%</b>

Assim, o quociente médio de recebimento ficou em 34% (6% + 46% + 22% + 62% / 4).

E, conseqüentemente, as perdas estimadas foram de 76%, índice que foi aplicado nos saldos das contas 1.1.3.4.1.01.00, 1.1.3.4.1.06.00 e 1.1.3.8.1.12.00.

**NOTA EXPLICATIVA 4 – VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE**

As Variações Patrimoniais pagas antecipadamente referem-se a Prêmios e Seguros a Apropriar, Assinaturas e Serviços a Apropriar e outros Serviços pagos antecipadamente. Em 2019, destacaram-se:

- A renovação do Contrato nº 118/2018, com a empresa MCR Sistemas e Consultoria LTDA. para o fornecimento de assinatura de aplicativos da suíte ADOBE no modelo ETLA, durante 12 meses consecutivos, no valor global de R\$ 1.596.370,00. Esse valor foi pago de uma vez só, e as despesas relacionadas à utilização do serviço serão apropriadas mensalmente ao longo dos 12 meses.
- A contratação de serviço de suporte técnico e atualização de **softwares** para a plataforma de virtualização e servidores do Senado Federal, pelo período de dois anos, vigente até 31/10/2021, no valor global de R\$ 1.529.580,00. Esse valor foi pago de uma vez só, e as despesas relacionadas à utilização do serviço serão apropriadas mensalmente ao longo dos 24 meses.

**NOTA EXPLICATIVA 5 – CRÉDITOS A LONGO PRAZO**

Em 2019 houve a transferência de alguns créditos da conta de Curto Prazo para Longo Prazo, conforme recomendação do Relatório de Auditoria de 2018. Dessa forma, foram transferidos créditos relativos a Créditos a Receber por Débito de Terceiro em Prestação de Serviços e os Créditos a Receber por Folha de Pagamento.

Porém, o total do grupo encontra-se zerado, pois o Ajuste para Perdas desses créditos foi de 100%, considerando a natureza, prazo de vencimento e o histórico de recebimento.

A seguir, apresenta-se o detalhamento das subcontas do grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Detalhamento (R\$)	31/12/2019
Créditos a receber decorrentes de Folha de Pagamento	4.104.882
Créditos a receber por Débito de Terceiros Prest. Serv.	2.514.121
Subtotal	6.619.003
(-) Ajustes para perdas	-6.619.003
<b>Total</b>	<b>-</b>

**NOTA EXPLICATIVA 6 – IMOBILIZADO**

O Imobilizado do Senado Federal é composto de bens móveis e bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, em 31/12/2019 e em 31/12/2018.

Detalhamento (R\$)	31/12/2019	31/12/2018	AV	AH
Bens Móveis	288.936.017	295.915.809	50,73%	-2,36%
Bens Imóveis	476.735.670	472.051.134	83,70%	0,99%
(-) Deprec., Exaustão e Amortização Acumulada	-196.069.012	-182.099.405	-34,42%	7,67%
<b>Total</b>	<b>569.602.675</b>	<b>585.867.538</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2,78%</b>

Fonte: SIAFI

**BENS MÓVEIS**

Os bens móveis são registrados no Sistema de Gestão de Patrimônio e Almojarifado (SPALM), que gerencia todas as movimentações referentes aos bens móveis das diversas unidades organizacionais do Senado Federal.

Dentro das classes de bens móveis, destacam-se os Bens de Informática (R\$ 110 milhões) e os equipamentos para áudio, vídeo e foto (R\$ 60 milhões) que fazem parte do item material cultural, educacional e de comunicação. Os primeiros se destacam pela importância do parque de informática para o desenvolvimento das atividades da Casa, enquanto os equipamentos de áudio, vídeo e foto são necessários devido à existência de diversas mídias de telecomunicação.

Com o advento das Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, com vistas à convergência das práticas contábeis na Administração Pública às Normas Internacionais de Contabilidade, o foco do controle dirigiu-se para a mensuração patrimonial. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no item 5.2.2, que trata do reconhecimento das variações patrimoniais:

*“A falta de registro de direitos e obrigações oriundas de variações patrimoniais quantitativas e qualitativas já incorridas resultará em demonstrações incompatíveis com as normas de contabilidade, além da geração de informações incompletas em demonstrativos exigidos pela LRF, a exemplo do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, tendo como consequência análise distorcida da situação fiscal e patrimonial do ente”.*

Ademais, a fidedignidade dos registros contábeis dos atos e fatos que afetam o patrimônio da entidade pública é exigência prevista na Lei nº 4.320/64:

*“Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.*

*Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.*

*Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.*

*Art. 95 A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.*

*Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.” (grifo nosso)*

Diante da evidente obrigatoriedade de os registros contábeis guardarem correspondência com o rol de bens que compõem o patrimônio da entidade, e, ainda, com a exigência trazida pela NBC T 16.9 de que a partir do exercício de 2010 fosse adotada a prática da depreciação, amortização e exaustão dos bens registrados no Ativo Imobilizado dos entes do setor público, tornou-se necessário adotar todas as providências necessárias à organização do acervo patrimonial do Senado, com a consequente compatibilização com os registros contábeis.

## **BENS IMÓVEIS**

Os bens imóveis em uso pelo Senado Federal totalizavam R\$ 476 milhões em 31/12/2019, não apresentando mudanças significativas no exercício de 2019

### NOTA EXPLICATIVA 7 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIALISTAS A PAGAR

Compreendem os valores a pagar a pessoal, tais como remunerações, décimo terceiro salário e férias. Também compreendem os respectivos encargos previdenciários.

Ao final do exercício de 2019, o grupo apresentou saldo de R\$ 115 milhões, sendo a maior parte decorrente de lançamento de apropriação de férias a pagar, em atendimento à legislação em vigor, especialmente à Macrofunção 021142 - FOLHA DE PAGAMENTO, do Manual SIAFI.

### NOTA EXPLICATIVA 8 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Compreende os valores a pagar a credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços. Em 31/12/2019, o Senado Federal apresentou saldo de R\$ 769.532,24 nesse grupo, conforme se observa no detalhamento apresentado na tabela abaixo:

Fornecedor (R\$)	31/12/2019	AV
THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A.	402.767,01	52,34%
SOCIEDADE BENEF ISRAELITA BRAS. HOSPITAL ALBERT EINSTEIN	249.480,03	32,42%
GREMIT SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.	28.829,77	3,75%
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	18.220,18	2,37%
CETRO RM SERVIÇOS LTDA.	17.032,23	2,21%
SCREEN SERVICE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROD.	16.804,85	2,18%
ECOLIMP SERVIÇOS GERAIS EIRELI	11.345,37	1,47%
RCS TECNOLOGIA LTDA.	10.903,39	1,42%
<b>Demais Fornecedores</b>	<b>14.149,41</b>	<b>1,84%</b>
<b>Total</b>	<b>769.532,24</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI

### NOTA EXPLICATIVA 9 – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

A rubrica apresentou elevada variação no período. A variação refere-se aos registros de reavaliação de bens imóveis ocorrida no exercício de 2018, no valor de R\$ 136.110.122,62, o que resultou na diferença de valores na rubrica.

### NOTA EXPLICATIVA 10 – COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As Variações Patrimoniais Diminutivas – VPDs são os decréscimos no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento em passivo, que resulte em decréscimo do patrimônio líquido. Dessa forma, são as despesas efetivas que alteram o resultado patrimonial da entidade.

No Senado Federal, a composição das VPDs se dá da seguinte forma:

Detalhamento (R\$)	31/12/2019	31/12/2018	AH	AV
Pessoal e Encargos	1.729.271.546	1.782.068.601	38,90%	-2,96%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.118.040.157	1.916.662.541	47,64%	10,51%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	499.138.081	519.973.266	11,23%	-4,01%
Outros	99.074.079	81.821.786	2,23%	21,09%
<b>Total</b>	<b>4.445.523.864</b>	<b>4.300.526.194</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,37%</b>

Fonte: SIAFI

Observa-se que em torno de 87% das VPDs do Senado Federal são para atender despesas com Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais. Isso decorre da característica intrínseca à função do órgão, a atividade legislativa, que demanda majoritariamente o uso de recursos de pessoal.

Por ser um órgão de função legislativa, o Senado não apresenta arrecadação de receitas federais, exceto algumas receitas próprias decorrentes de vendas da Secretaria de Editoração e Publicações - SEGRAF e da Livraria do Senado Federal.

Dessa forma, o Senado Federal depende de transferências de valores do Tesouro Nacional para arcar com suas despesas, que ocorrem na rubrica “Transferências e Delegações Recebidas”.

Em 2019, o Senado apresentou resultado patrimonial deficitário no total de R\$ 41.333.432,34.

Isso pode ocorrer pois o órgão apresentava recursos diferidos, que é a sobra de exercícios anteriores utilizados para arcar com as despesas do exercício.

AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. **Tipografia**. Tradução de Priscila Lena Farias. Porto Alegre: Bookman, 2011. 184 p.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Manual de identidade visual**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/identidadevisual/>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Relatório Administrativo de 2019**. Dezembro de 2019. Disponível em: <<https://intranet.senado.leg.br/administracao/relatorios/egov/relatorios/relatorio-administrativo-2019/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa TCU 170**, de 19 de setembro de 2018. Dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem prestar contas de suas gestões ocorridas no exercício de 2018, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa TCU 172**, de 12 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a relação das unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas de 2018 julgadas pelo Tribunal e especifica a forma, os prazos e os conteúdos para a elaboração das peças de responsabilidade dos órgãos de controle interno e das instâncias supervisoras que compõem os processos de contas, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Orientações gerais para a elaboração dos relatórios de gestão 2019**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Relatório de gestão na forma de relato integrado**: evolução da prestação de contas. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LUPTON, Ellen; PHILLIPS, Jennifer Cole. **Novos fundamentos do design**. Tradução de Cristian Borges. São Paulo: Cosac Naify, 2008. 248 p.

**PINTEREST**. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

SAMARA, Timothy. **GRID**: construção e desconstrução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2007. 208 p.

SKOLOS, Nancy; WEDELL, Thomas. **O processo do design gráfico**: do problema à solução, vinte estudos de casos. São Paulo: Rosari, 2012. 186 p.

## **COORDENAÇÃO**

**Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica**

Gabriela Agostinho Borges

## **PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO**

Daniela Pereira Carvalho

## **PESQUISA, ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO E IMAGENS**

**Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica**

Alexandre de Lana Silva

Daniela Pereira Carvalho

Georgia Maria de Andrade Eufrazio

## **REVISÃO DE CONTEÚDO**

**Consultoria Legislativa**

## **CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

**Secretaria de Gestão de Informação e Documentação**

## **IMPRESSÃO E ACABAMENTO**

**Secretaria de Editoração e Publicações**

## **CAPÍTULO 1 - CONTEXTO ORGANIZACIONAL**

**Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica**

## **CAPÍTULO 2 - RESULTADOS DA GESTÃO**

**Diretoria-Geral**

**Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica**

## **CAPÍTULO 3 - ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO**

**Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica**

**Escritórios Setoriais de Gestão**

## **CAPÍTULO 4 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade**

## **AGRADECIMENTOS**

Diretoria-Executiva de Contratações – DIRECON/DGER

Diretoria-Executiva de Gestão – DIREG/DGER

Secretarias – DGER

Ouvidoria

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB



---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

---

2019

SENADO  
FEDERAL

